

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA E
DOCUMENTAÇÃO**



VANDERLÉA NÓBREGA AZEVEDO CORTES

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO USO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA.

São Cristóvão - SE
2013

VANDERLÉA NÓBREGA AZEVEDO CORTES

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO USO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari.

Ficha catalográfica desenvolvida pelo autor.

C8185c Cortes, Vanderléa Nóbrega Azevedo.
Competência informacional no uso da informação Jurídica /
Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes – São Cristóvão, 2013.
101 p.
Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e
Documentação) – Núcleo de Ciências da Informação, Centro
de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de
Sergipe, 2013.
Orientadora: Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari

1. Competência informacional. 2. Informação jurídica 3.
Profissional jurídico I. Título. II Autor. III Orientadora

CDU 01.102:005.336.2:34(043.3)
CDD 025.5

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO USO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA.

VANDERLÉA NÓBREGA AZEVEDO CORTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valéria Aparecida Bari.

Nota: _____

Data de Apresentação: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Valéria Aparecida Bari
(Orientadora)

Prof. Dr. Me. Antonio Edilberto Costa Santiago
(Membro Convidado - Externo)

Prof. Dr. Me. Júlio Cesar Rocha da Silva
(Membro Convidado - Interno)

AGRADECIMENTOS

A Deus: por sua misericórdia infinda, pela luz e proteção.

A minha Professora, Doutora Valéria Aparecida Bari: pela orientação, o olhar carinhoso, o pulso forte e por acreditar que o grande mestre ainda tem muito que aprender.

A minha mãe, Lucília Nóbrega de Azevedo, pela trajetória de alegria e poesia e por me mostrar o amor incondicional e a felicidade de viver: vejo as suas asas, sinto os seus passos...

Aos meus filhos, Saulo e Gabriel, razão do meu viver.

Ao meu marido Samuel, pela amizade e companheirismo de sempre.

Aos meus irmãos: Vitória, Adriano, Andrei e Luciano pela presença carinhosa e especialmente, Vandriana Nóbrega, pela calma e proteção em forma de anjo da guarda.

Aos colegas do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe: Ana Paula, Alisson, Camila, Cibele, Débora, Eduardo, France, Francisco, Ivanete, Izabel, Jamares, Juciara, Larissa, Lúcia, Manoel Messias Júnior, Maria José, Maria Oliveira, Marlemberg, Maurício, Murilo, Rafaela, Reijane, Sandra, Shirley, Silvia, Tiago Caian e Thiago Pinheiro.

Aos amigos especiais que me deram os melhores sorrisos e a certeza de que venci fazendo amigos: Sheila Rodrigues (Vida), Neuda Pacheco e Danilo Garcia (Cruz).

Ao Professor e grande Bibliotecário, Paulo da Silva Sousa, pelas lições e orientações na vida acadêmica.

Aos professores que construíram o alicerce do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS: Valéria Aparecida Bari e Fabiano Ferreira de Castro.

Ao colega de Procuradoria, William Tavares, que me acompanhou no decorrer deste curso como grande orientador nas disciplinas da área de administração e na metodologia científica: a minha eterna gratidão e admiração.

As colegas de trabalho que me substituíram inúmeras vezes para que pudesse cursar as disciplinas vespertinas: Edenise Lima e Rosângela Mariano.

Aos Procuradores-Chefe aos quais participei diretamente das suas gestões durante os quatro anos de curso de onde tive total apoio e compreensão: Dra. Ana Elisa Sobral, Dr. Alexandre Feitosa e Dr. José Ricardo Pereira.

Aos amigos que Deus me presenteou para ilustrar o álbum da minha história: Ana Maria, Ana Cristina, Ana Luíza, Ângela Virgínia, Cristiana Muniz, Rosana Barbosa, Cleide Aparecida e Leila Fonseca.

RESUMO

Apresenta diagnóstico da competência informacional jurídica e desenvolvimento de habilidades informacionais, sob embasamento teórico dos principais conceitos da competência informacional e uso da informação jurídica e aplicação de questionários com parâmetros de avaliação baseado nos padrões do DSH – IFLA, para avaliação de ambiente social pesquisável, como fator de tomada de decisão e solução de problemas nos atos processuais. Utiliza estudo de caso na Procuradoria da União no Estado de Sergipe – AGU, como verificador dos princípios emitidos na literatura especializada e recentes pesquisas relacionadas ao tema. Conclui que o profissional de Direito necessita de apoio especializado do profissional Bibliotecário e habilitação para plena utilização das fontes jurídicas atuais, sobretudo as que se encontram em suportes digitais, e tem recorrido aos estagiários de Direito como mediadores para as pesquisas na atualidade. Recomenda a criação de Bibliotecas jurídicas locais, códigos de vaga para Bibliotecários e desenvolvimentos de cursos e ambientes digitais de treinamento para lançar novas bases à pesquisa jurídica no Brasil.

Palavras-chave: Competência Informacional. Competência Informacional Jurídica. Informação Jurídica. Pesquisa Jurídica.

ABSTRACT

Presents the main theoretical concepts of information literacy and use of legal information and questionnaires with parameters based on DSH - IFLA standards for diagnosis of legal information literacy and information skill development rating the research universe, as a factor in decision making and problem solving in procedural acts. Uses a case study at the *Procuradoria da União no Estado de Sergipe* – AGU as a verifier of principles issued in the literature and recent research related to the theme. It concludes that law professionals require specialized support from librarians and qualification for full use of current legal sources, especially those in digital media, and has resorted to trainees as mediators to current research. Recommends the creation of local law libraries, vacancy codes for Librarians and development of digital courses and environments to launch new bases for legal research in Brazil.

Keywords: Information Literacy. Juridical Information Literacy. Juridical Research.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ano de conclusão do bacharelado em Direito/Especialista	60
Gráfico 2 – Metodologia científica/Grade curricular/Especialista	61
Gráfico 3 – Capacidade de buscar a informação sem Bibliotecário/Especialista.....	63
Gráfico 4 – verificação da pesquisa completa/Especialista.....	64
Gráfico 5 – Fontes de informação utilizadas na pesquisa/Especialista	66
Gráfico 6 – Principais recursos de interfaces utilizados na pesquisa/Especialista	67
Gráfico 7 – Ano de graduação em Biblioteconomia/Testemunha.....	69
Gráfico 8 – Especialização na área/Testemunha	70
Gráfico 9 – Consulta Recursos na Unidade de Informação Jurídica/Testemunha	72
Gráfico 10 – Indicação de instrumentos de busca e fontes/Testemunha.....	73
Gráfico 11– Serviço de referência entre unidades jurídicas AGU/Testemunha.....	74
Gráfico 12 – comparativo da metodologia da pesquisa no curso de Direito	76
Gráfico 13 – Comparativo de identificação de pesquisa completa	77
Gráfico 14 – Comparativo do uso das fontes de informação jurídica	78
Gráfico 15 – Recursos de interfaces e pesquisa na internet	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise de conteúdo da 6ª questão/Grupo especialista.....	63
Tabela 2 – Análise de conteúdo da 9ª questão/Grupo especialista.....	65
Tabela 3– Análise de conteúdo da 8ª questão/Grupo Especialista	68
Tabela 4 – Análise de conteúdo 3ª questão /Testemunha.....	71
Tabela 5– Análise de conteúdo 9ª questão/Testemunha.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principal base de dados de legislação.....	58
Quadro 2 – Principal base de dados de Jurisprudência	58
Quadro 3 – Principal base de dados de Doutrina.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETO	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
1.3.1 Métodos de sondagem de campo	15
1.4 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS INICIAIS	16
1.4.1 Tematização	17
1.4.2 Proposição da monografia	18
1.5 HIPÓTESES PESQUISADAS	18
1.6 ATIVIDADES TÉCNICAS UTILIZADAS NA PESQUISA	18
1.6.1 Instrumento de coleta de dados	19
1.6.2 Procedimento de coleta de dados	21
1.7 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PESQUISADA E SEUS SEGMENTOS	22
1.7.1 Grupo testemunha – Bibliotecários da AGU	22
1.7.2 Grupo especialista – Advogados da União	23
1.7.3 Grupo-Teste -Estagiários de Direito	23
1.8 ESPAÇO SOCIAL DE OBSERVAÇÃO	24
1.8.1 A Procuradoria da União em Sergipe	25
1.9 JUSTIFICATIVA	26
1.10 ESQUEMATIZAÇÃO DA MONOGRAFIA	27
2 A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL	28
2.1 BREVE ABORDAGEM TEÓRICA DO TERMO COMPETÊNCIA	28
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO E BASES CONCEITUAIS DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL	30
2.3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO BRASIL	36
2.4 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E A PESQUISA JURÍDICA	40
2.5 PADRÃO DE AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL DSH/IFLA	44
3 INFORMAÇÃO JURÍDICA	48
3.1 INFORMAÇÃO JURÍDICA NO SÉCULO XXI	48
3.2 FONTES DO DIREITO	51

3.2.1 Fontes legislativas	52
3.2.2 Fontes jurisprudenciais	53
3.2.3 Fontes doutrinárias	55
3.3 FONTES VIRTUAIS DE INFORMAÇÃO JURÍDICA	56
3.3.1 Principais Sistemas e base de dados	57
4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NA AGU	60
4.1 O FENÔMENO OBSERVADO PELO GRUPO ESPECIALISTA.....	62
4.1.1 Critério de acesso à informação padrões DHI/IFLA	62
4.1.2 Critérios de Avaliação da Informação padrões DHI/IFLA	64
4.1.3 Critérios de acesso na identificação e avaliação das fontes de informação e sua avaliação para análise e extração da informação.....	65
4.2 O FENOMENO OBSERVADO PELO GRUPO TESTEMUNHA	68
4.2.1 Caracterização dos Bibliotecários da AGU	69
4.2.2 Atuação dos Bibliotecários da AGU na identificação de necessidades informacionais..	70
4.2.3 Atuação dos Bibliotecários da AGU na mediação e serviço de referência	71
4.3 O FENÔMENO OBSERVADO PELO GRUPO-TESTE.....	75
4.3.1 Caracterização dos estagiários da AGU	76
4.3.2 Comparativo entre a pesquisa no uso das fontes de informação	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	92
APÊNDICE A	93
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	93
APÊNDICE B.....	94
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ADVOGADOS DA UNIÃO	94
APÊNDICE C.....	97
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BIBLIOTECÁRIOS DA AGU	97
APÊNDICE D	100
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTAGIÁRIOS DA AGU	100

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das transformações tecnológicas marcantes nas últimas décadas do século XX houve significantes modificações na produção do conhecimento e no desenvolvimento social e econômico da sociedade. Dentre estas mudanças, pode se destacar a chegada da sociedade da informação movida pela competitividade do mundo globalizado e focado no uso estratégico da informação como geradora de novos conhecimentos.

Neste cenário de mudanças, a produção do fluxo informacional se dá de modo contínuo e disponibilizado em diferentes suportes e formatos. Neste sentido a pesquisa se torna mais complexa em detrimento da diversidade de fontes e da necessidade de desenvolvimento de habilidade em pesquisa atrelada a uma avaliação criteriosa para o uso pertinente da informação.

Ao agregar valor, a informação gera conhecimento o qual proporciona autonomia intelectual nas tomadas de decisões e partir da sua internalização possibilitando a solução de possíveis demandas e a atualização de novos saberes e o seu uso efetivo.

A identificação da necessidade informacional desencadeia um processo de desenvolvimento de habilidades na busca pela informação eficaz e eficiente relacionado à sua avaliação crítica e reflexiva. São ações contidas na competência informacional que é sedimentada no princípio do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida na medida em que provem “[...] das relações entre o conhecimento que o sujeito detém, a experiência adquirida pela prática e a reflexão sobre a ação”. (GASQUE, 2012, p.34).

Entende-se que a competência informacional se insere em diversas áreas do conhecimento envolvendo profissionais de diferentes campos de atuação que usam a informação como bem de consumo e neste contexto figuram os Advogados da União que atuam como profissionais do Direito defendendo a União em suas diversas ações. Caracterizam-se por serem profissionais especializados com interesses e habilidades especiais que necessitam de informações relevantes e precisas em tempo hábeis.

A falta de um diagnóstico da competência informacional gera prejuízo e ameaça a atuação dos profissionais do Direito que usam a informação em todas as etapas de desenvolvimento do trabalho tendo ela um caráter decisivo para o sucesso no âmbito jurídico.

Esta pesquisa diagnosticou o ambiente informacional jurídico dos Advogados da União na Procuradoria da União no Estado de Sergipe – PU/SE órgão pertencente à

Advocacia Geral da União – AGU.com a finalidade de analisar a situação da competência informacional daqueles profissionais.

1.1 OBJETO

O objeto de estudo referido neste trabalho é o ambiente informacional jurídico. Este ambiente, onde tramitam informações vitais para o desenvolvimento da ação jurídica, possui uma plataforma híbrida de suportes, bases de dados, sistemas documentais de fontes primárias, fontes monográficas tradicionais (Códigos) e fontes de análise de dados de *realias* (aspectos científicos das investigações).

Ao contrário de outras profissões, o ambiente de trabalho no Direito é informacional, ou seja, a informação deve ser acessível a partir do posto de trabalho sendo o elemento-chave para o desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, as Bibliotecas jurídicas e centros de informação jurídica, desde antes do advento das Tecnologias de Informação e Comunicação, já desenvolveram metodologia de extensão e consulta remota.

1.2 OBJETIVOS

A informação jurídica está inserida em um ambiente mutável, complexo e de grande importância para a tomada de decisão e subsídio nas ações judiciais dos profissionais da área jurídica pela relevância que exercem na sociedade. O diagnóstico da competência informacional jurídica destes profissionais, especificamente dos Advogados da União na Procuradoria da União no Estado de Sergipe – PU/SE contemplou os seguintes objetivos.

1.2.1 Objetivo geral

Diagnosticar a competência informacional dos profissionais do Direito na Procuradoria da União no Estado de Sergipe – PUSE, órgão integrante da Advocacia Geral da União – AGU, como medida de diagnóstico e intervenção na melhoria das propriedades de acesso, avaliação e uso da informação jurídica.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar habilidades informacionais dos Advogados da Procuradoria da União no Estado de Sergipe – AGU, determinando os fatores positivos e negativos que influenciam o comportamento de busca da informação;
- Verificar as fontes de informação em Direito utilizadas por estes profissionais para pesquisar e obter informação e as formas de acesso a elas;
- Diagnosticar o perfil de usuários do ambiente informacional, com base na competência informacional, desenvolvida a partir das suas necessidades e comportamento informacional, levando a proposição de um modelo de funcionamento de serviços e produtos biblioteconômicos de acordo com o perfil deste usuário.
- Avaliar como estes indivíduos se comportam mediante a prestação de serviços biblioteconômicos, e como estes serviços são prestados.

1.3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois tem o objetivo de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Este tipo de pesquisa envolve coleta de dados, informações, levantamentos bibliográficos e são muito utilizadas em estudos de caso podendo proporcionar uma visão geral sobre o fato a ser estudado.

A metodologia foi desenvolvida para a verificação das hipóteses, referentes à competência informacional na utilização da informação jurídica, definida pelo seu uso social e, ao mesmo tempo, pela peculiaridade de suas fontes, periodicidade de atualização e modo de produção diferenciado de outras áreas do conhecimento.

As hipóteses são proposições que se formam onde após serem testadas são aceitas ou rejeitadas com o papel de sugerir explicações para os fatos onde podem ser a solução para o problema e quando bem elaboradas conduzem à verificação empírica da pesquisa (GIL, 2008, p. 41).

Para os profissionais da Informação, os ambientes de circulação e uso destas fontes e o seu público alvo pedem uma formação específica, que não é oferecida na graduação em Biblioteconomia, documentação, arquivologia e outras deste campo. Assim, a satisfação

das necessidades informacionais nestes ambientes requer um conjunto de estratégias, que tornam complexo o serviço de referência e informação, ao mesmo tempo em que solicitam estratégias especificamente voltadas para o desenvolvimento das competências informacionais destes usuários, já especializados em Direito e Legislação.

Desta forma, a pesquisa se reveste de conteúdo prospectivo, uma vez que suas recomendações finais direcionam para implantação de programas de desenvolvimento de competência informacional jurídica, levanta a necessidade de identificação de um perfil mais complexo das bibliotecárias e suas competências na área jurídica, prevê a necessidade de implantação de programas de tratamentos da informação nas unidades em estudo.

1.3.1 Métodos de sondagem de campo

Os métodos de levantamento de coleta de dados foram de cunho qualitativo, valendo-se da aplicação de questionários abertos e/ou semiabertos, ambos estruturados, por meio de pesquisa de campo na Procuradoria da União no Estado de Sergipe – PU/SE que é um órgão integrante da Advocacia Geral da União – AGU.

O estudo de caso se justificou por ser uma estratégia de pesquisa utilizada para investigar um fenômeno social complexo abrangente nas pesquisas sociais. Sob este enfoque de investigação o foco do pesquisador se encontra em fenômenos contemporâneos que contextualizam a vida real. (YIN, 2001, p.19).

Partindo deste princípio, inicialmente foi realizada uma pesquisa em fontes bibliográficas tradicionais e digitais, para o embasamento teórico do tema e configuração do estado da arte. Este levantamento foi realizado em diversas fontes de informação pertencentes à área de ciência da informação e do Direito, por meio de revisão de literatura, busca em bancos de dados computadorizados, em catálogos de acervo de Bibliotecas, bases de dados, internet etc.

A segunda etapa foi à pesquisa de campo e coleta de dados onde foram aplicados os questionários junto aos participantes da pesquisa selecionados indivíduos, protagonistas do fenômeno analisado (uso da informação jurídica), pela função que exercem e relevância para a pesquisa onde sobre a questão, Gasque (2007, p.92) aponta:

Um ponto básico da amostragem teórica diz respeito à seleção da amostra, cuja representatividade é garantida pela relevância. Os critérios de seleção não se baseiam nas técnicas usuais com amostragem aleatória ou

estratificação, mas pelos insights que se acredita que uma pessoa possa trazer para o desenvolvimento da teoria.

Será desprezado o caráter aleatório e randômico das amostras, uma vez que o universo é pequeno, ou seja, são poucos indivíduos e ainda dispersos em um grande território. O que significa escolher os mais próximos ou acessíveis, mediante a raridade e a disponibilidade de tempo para participação na pesquisa. Às vezes, quando a participação na pesquisa é exigente, ou por razões éticas, o tema abordado for delicado, cabe ao pesquisador apelar para uma amostra de voluntários (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 170).

Essa situação se enquadra no tipo da amostra não probabilista que compôs a pesquisa, onde se fez necessário recrutar e convencer o grupo a participar.

A prospecção de dados se deu por meio de aplicação de questionários com questões semiabertas, segmentados na amostra entre os diferentes grupos clássicos. O processo envolvendo a análise e interpretação dos dados consistiu em compreender e dar sentido aos dados coletados neste ambiente informacional. Sob essa perspectiva, adotou-se uma abordagem de análise qualitativa, em função de não se conhecer os indicadores do fenômeno.

O método qualitativo se aplica às áreas com pouco conhecimento teórico ou conceitual ou às pesquisas que não possuem hipóteses formuladas ou precisas. Nesses casos, os métodos qualitativos ajudam não apenas a compreender o objeto do estudo, mas também a construí-lo a partir de novos aspectos e sob novas perspectivas. (BRAGA, 2007, p.27)

Desenvolveu-se uma abordagem hipotético-dedutivo, como base em observação de um fenômeno e suas possíveis explicações e tendências que contribuam para um maior conhecimento sobre o tema em estudo, foram aplicados os juízos e conceitos coletados e organizados entre as fontes teóricas cotejadas na pesquisa.

A monografia aqui apresentada se caracteriza como descritiva, porque objetiva identificar as características de um determinado problema ou questão e descreve o comportamento dos fatos e fenômenos (BRAGA, 2007, p.25), assim se utilizou esta abordagem, para a efetiva obtenção dos objetivos projetados.

1.4 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS INICIAIS

O problema pesquisado se refere à falta de conhecimento do comportamento informacional do usuário da informação jurídica, no momento de sua busca e utilização

competente das fontes de pesquisa. O uso da informação por parte dos Advogados da União que neste estudo figuram compõe elemento imprescindível para a resolução das demandas jurídicas caracterizadas por fluxo contínuo e prazos previamente estipulado de resposta onde à necessidade informacional previamente identificada pelo usuário jurídico necessita de desenvolvimento de habilidades na pesquisa jurídica no que tange o acesso, uso e recuperação da informação.

Contudo, o universo informacional que detêm a informação jurídica é de grande motilidade e complexidade devido à especificidade da área e diversidade das fontes de documentação jurídica sendo necessário que o profissional detenha a competência informacional para solução das suas demandas transformando a informação em conhecimento adquirido para as próximas tomadas de decisão.

Como consequência da explosão exponencial da informação, o setor jurídico está caracterizado pelas mudanças que afetaram todas as áreas do conhecimento na sociedade da informação, as quais foram incorporadas de maneira rápida e sem implantação de programas que viessem desenvolver habilidades informacionais jurídicas. Neste sentido, todos os indivíduos envolvidos no processo informacional passam por desafios que estão diretamente relacionados com a necessidade de ser competente em informação.

Em razão da necessidade de um diagnóstico que possa identificar a competência informacional dos profissionais do Direito que atuam como Advogados da União na PU/SE surgem os seguintes questionamentos:

- O profissional de Direito possui habilidades e competências essenciais à recuperação, uso e apreensão da informação jurídica?
- Será que o Bibliotecário sempre ficará como um espectador da sua própria função?

1.4.1 Tematização

O tema geral desta monografia é a “Competência informacional no uso da informação jurídica”. Está validado na literatura e já é regularmente pesquisado em eventos científicos, consta de dissertações e teses do último quinquênio. Insere-se na linha de pesquisa Informação e Sociedade, abordando os aspectos tematizados no Serviço de Referência e Informação, cuja delimitação dará enfoque na competência informacional do usuário da informação jurídica.

1.4.2 Proposição da monografia

A proposição da pesquisa que deu origem ao presente trabalho monográfico, mediante aprovação do projeto já desenvolvido pela coordenadora da Disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I”, a Profa. M^a. Martha Suzana Cabral Nunes, pela orientadora de conteúdo, a Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari. Com a aprovação da proposta do projeto, o mesmo foi aplicado em sua metodologia de acordo com o cronograma proposto, com objetivo da elaboração de monografia, contendo cinco capítulos, assim como todos os elementos pré-textuais e pós-textuais necessários e discriminados pelas normas técnicas: NBR 6023 – Referências; NBR 10.520 – Citações; NBR 14.724 – Apresentação de Monografias; outras que se fizeram necessárias.

1.5 HIPÓTESES PESQUISADAS

De acordo com as finalidades deste estudo, foram consideradas as seguintes hipóteses:

- A identificação das competências informacionais dos usuários estão atreladas às habilidades e competências detidas pelo egresso da formação superior em Direito.
- A identificação das necessidades informacionais dos usuários da Informação Jurídica pode corresponder às competências informacionais a serem desenvolvidas para atendê-las.
- As necessidades informacionais do usuário caracterizado são muito maiores e mais específicas do que os padrões dos usuários comuns, o que também implica na necessidade da presença do profissional Bibliotecário e o desenvolvimento continuado de habilidades e competências especializadas.

1.6 ATIVIDADES TÉCNICAS UTILIZADAS NA PESQUISA

As atividades técnicas foram cumpridas com a coleta de dados junto aos participantes da pesquisa e seus procedimentos.

1.6.1 Instrumento de coleta de dados

O questionário elaborado com base nos padrões sugeridos pelas “Diretrizes sobre Desenvolvimento de Habilidades em Informação–DHI/IFLA” foi o método escolhido para o procedimento de coleta de dados. Desenvolvido pela Seção de Habilidades em Informação – InfoLit, da International Federation of Library Associations and Institutions – IFLA. As diretrizes estão voltadas para os profissionais da informação que atuam em programas educativos de educação fundamental e educação superior e suas metas centrais estão presentes na maioria dos padrões criados por diferentes associações internacionais de Bibliotecas podendo ser adaptados ao contexto de diversas organizações ou países. (LAU, 2008, p.16).

Foram feitas abordagens dos padrões contidos nestas diretrizes, cuja conceituação e contextualização foram descritos na seção 2.5 padrão de avaliação da competência informacional – DSH/IFLA do capítulo de Competência Informacional deste trabalho.

Optou-se pelo questionário porque ele através das questões elaboradas dá opção de se investigar as questões relevantes para a pesquisa e traduzir os seus objetivos, sendo um dos meios de coleta de dados mais utilizado.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. (GIL, 2008, p. 121).

Ainda de acordo com Gil (2008), o questionário oferece diversas vantagens em seu uso, pois, possibilita atingir grande número de pessoas independentemente da área geográfica em que se encontrem, pela conveniência de tempo para responder e principalmente porque preserva a impessoalidade do pesquisador com relação à opinião do entrevistado.

Neste contexto, o questionário foi desenvolvido com base nos padrões IFLA/DHI e adaptados nos questionamentos da pesquisa. Foi distribuído e aplicado aos Advogados da União no Estado de Sergipe como grupo especialista, sendo também analisado o grupo teste composto pelos estagiários de Direito daquela Unidade e os Bibliotecários da AGU identificados como grupo testemunha por serem parte envolvida no processo da competência informacional.

Foram elaborados três diferentes modelos de questionários acompanhados de um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) onde os participantes tomaram conhecimento dos dados da pesquisa, apresentando alguns esclarecimentos e opções de

concordar com os termos ali descritos sendo as perguntas direcionadas ao grupo a ser pesquisado, contudo, todos os envolvidos na pesquisa solicitaram que as respostas dos questionários ao serem utilizadas na análise de conteúdo fossem descritas de maneira indireta e partindo do pressuposto de que o pedido não afetou e nem interferiu nos resultados da pesquisa foi respeitada a reivindicação dos grupos. .

Os questionários aplicados com os grupos da pesquisa possuíam questões objetivas e subjetivas, desenvolvidas com base nos seguintes parâmetros contidos no DHI/IFLA: acesso, avaliação e uso da informação. Para o grupo especialista ou dos Advogados da União (Apêndice B) foram elaboradas questões semiabertas, com o grupo teste ou de estagiários o questionário (Apêndice C) possuía somente questões fechadas enquanto o questionário do grupo testemunha (Apêndice D) foi elaborado com todas as questões abertas o que exigiu uma técnica de análise mais complexa denominada análise de conteúdo utilizada para análise de texto produzidos em entrevistas onde o analista “[...] busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.682).

A partir das respostas dos questionários pode-se analisar o texto de maneira transparente por meio de uma análise de conteúdo que assegurou a veracidade e significado das opiniões dos participantes

Para o grupo especialista composto pelos Advogados da União foi elaborado questionário com nove questões sendo cinco questões abertas e quatro fechadas e de múltiplas escolhas assim distribuídas:

- Duas questões relacionadas à caracterização dos participantes quanto à identificação pessoal e formação acadêmica;
- Três questões abertas sobre a identificação da necessidade informacional e processo de pesquisa e busca da informação nas fontes jurídicas, seleção e recuperação da informação. Foi indagada a visão destes profissionais com relação ao trabalho de um profissional da Biblioteconomia em um contexto geral.
- As questões de múltiplas escolhas foram elaboradas visando verificar a estratégia de busca para realização da pesquisa avaliando quais bases de dados, operadores booleanos, catálogos e ferramentas de busca da internet são utilizadas.

O questionário direcionado aos Bibliotecários ou grupo testemunha foi elaborado em sua totalidade com questões abertas em função da necessidade de uma avaliação mais complexa destes profissionais que atuam em Procuradorias de diversos estados inseridos em diferentes contextos administrativos. As questões abordam além da caracterização pessoal e profissional, um diagnóstico de atuação profissional dos Bibliotecários no contexto da pesquisa, interação, mediação da informação, serviço de referencia e práticas biblioteconômicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades em pesquisa e da competência informacional que finaliza com espaço aberto para opinião e sugestões quanto à melhoria e implantação da competência na AGU.

Para avaliação dos estagiários, o questionário foi elaborado quase todo com questões de múltipla escolha e direcionado a avaliação das habilidades em pesquisa nas fontes de informação jurídica, ferramentas de busca da internet e a relação dos estudantes com a metodologia da pesquisa científica. Na questão aberta foi questionada a identificação da necessidade informacional destes estagiários e sua relação com o profissional Bibliotecário em um contexto geral.

Dentro destes parâmetros se avaliou e se realizou um diagnóstico da amostra no que tange a competência informacional.

1.6.2 Procedimento de coleta de dados

Os questionários dos Advogados da União e dos estagiários foram entregues pessoalmente e respondidos pelos participantes da PU/SE com muita facilidade e pouca resistência, onde 78,5 % do total da amostra do grupo especialista responderam e do grupo teste foram respondidos 100% dos participantes.

A aplicação dos questionários para os Bibliotecários da AGU foram enviados por e-mail institucional e infelizmente houve muita resistência dos participantes para compor o universo da pesquisa onde foi necessário muito apelo e insistência para que 80 % dos Bibliotecários respondessem o questionário e assim completasse o diagnóstico da competência informacional no uso da informação jurídica.

Após o término da coleta de dados foram elaborados tabelas e gráficos para análise das questões respondidas e dos seus resultados com base nos parâmetros de identificação da competência no estudo de caso da PU/SE a partir dos padrões contidos no DHI/IFLA.

1.7 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PESQUISADA E SEUS SEGMENTOS

Visando uma maior viabilidade da pesquisa realizada, a amostra foi formada em função da população, de modo que fosse representativa e não probabilista “aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador. Pode ser de conveniência, intencional ou cotas.” (MATTAR, 1991, p.132).

Foram constituídos como membros do universo da pesquisa os Advogados da União que atuam na PU/SE, todos eles servidores da AGU, selecionados como grupo especialista pela relevância da função que exercem para o tema do trabalho e por utilizarem as fontes de informação jurídica como subsídios para o pleno desempenho das suas atividades de trabalho. Os Bibliotecários em exercício na AGU foram identificados como grupo testemunha por exercerem a função de profissional da informação nas unidades jurídicas da AGU e os estagiários de Direito como grupo teste por serem coordenados pelos Advogados da União e atuarem diretamente nas atividades jurídicas junto aos Advogados. Sendo os Advogados da União, Bibliotecários e estagiários de direito os três membros que compõem a população de grupos socialmente pesquisáveis, abaixo caracterizados.

1.7.1 Grupo testemunha – Bibliotecários da AGU

Como grupo testemunha foi caracterizado o corpo funcional dos Bibliotecários que fazem parte da AGU e exercem a Biblioteconomia e Documentação. Realizou-se entrevistas com as Bibliotecárias que se encontram em exercício na Advocacia Geral da União em nível nacional, em face dos poucos profissionais que trabalham no órgão, englobando a Bibliotecária da Biblioteca Central, em Brasília, que exerce a função híbrida¹.

Não existe o cargo de “Bibliotecário e Documentalista” no quadro funcional da AGU, sendo que os profissionais são alocados e adaptados nos ambientes informacionais quando possuem o nível superior.

¹ A função da Biblioteca Central da AGU é híbrida, pois funciona como Biblioteca especializada, Centro de Documentação e o *Workflow* com todas as Instruções Normativas, Legislação, Atos Administrativos e Orientações, visando à normatização da atuação dos Advogados da União.

1.7.2 Grupo especialista – Advogados da União

Definidos na pesquisa como grupo especialista, estes profissionais do cargo denominado Advogado da União são membros da *Advocacia Geral da União* – AGU, em exercício na Procuradoria da União no Estado de Sergipe – PUSE. Nos termos do art. 131 da Constituição (BRASIL, 1988),

[...] a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Os Advogados da União são responsáveis pelo exercício das atividades consultivas com competência da representação judicial em defesa da União nas ações judiciais em que figura como autora, ré ou, ainda, terceira interessada. A representação extrajudicial é exercida perante entidades não vinculadas à Justiça, como órgãos administrativos da própria União, Estados ou Municípios.

1.7.3 Grupo-Teste -Estagiários de Direito

Os estagiários de Direito desenvolvem atividades de estágio profissional no âmbito da AGU através de processo seletivo com prova realizada pela Escola da AGU e regulamentado pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 a qual dispõe sobre as Diretrizes do Programa de Estágio Profissional de Estudantes.

Na AGU os estagiários desenvolvem atividades de assessoramento junto aos Advogados da União sendo estes supervisionados por um coordenador de estágio onde suas atividades são direcionadas e cumpridas as regras contidas na legislação que indica que as atividades a serem exercidas pelos alunos estagiários consistem: relatórios, pesquisas (jurisprudência, legislação e doutrina) e acompanhamento e atualização de acórdãos, trabalhos estes que envolvem a redação de notas, memorandos, ofícios e demais documentos oficiais necessários ao andamento dos processos aos quais estejam vinculados.

Algumas vezes os estagiários acompanham o Advogado em audiência para adquirirem experiência prática na área.

Os estagiários de Direito foram definidos como grupo teste da pesquisa por estarem envolvidos diretamente no processo de diagnóstico da competência informacional na PU/SE.

1.8 ESPAÇO SOCIAL DE OBSERVAÇÃO

A AGU atua em três tipos de representações junto à União. A representação contenciosa que se dá por meio da representação judicial e extrajudicial da União (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dos órgãos públicos que exercem função essencial à justiça), além de suas autarquias e fundações públicas.

A representação judicial é exercida em defesa dos interesses dos referidos entes nas ações judiciais em que a União figura como autora, ré ou, ainda, terceira interessada. A representação extrajudicial é exercida perante entidades não vinculadas à Justiça, como órgãos administrativos da própria União, Estados ou Municípios.

A estrutura organizacional da AGU está regulada pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Os profissionais do Direito na AGU estão dispostos na seguinte estrutura organizacional:

- O Advogado-Geral da União representa a União perante o Supremo Tribunal Federal.
- O Procurador-Geral da União representa a União perante o Superior Tribunal de Justiça nas questões cíveis e trabalhistas e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, nas questões tributárias e fiscais.
- Os Procuradores Regionais representam a União junto aos Tribunais Regionais Federais nas cinco regiões, com sede no DF, RJ, SP, RS e PE.
- Os Procuradores Chefes nos Estados representam a União junto à 1ª instância nas Capitais (Justiça Federal e Trabalhista).
- Os Procuradores Seccionais e Escritórios de Representação representam a União junto à 1ª instância no interior.

A função social da AGU é promover o assessoramento e orientação dos dirigentes do Poder Executivo Federal, de suas autarquias e fundações públicas, para dar fulcro jurídico

aos atos administrativos que serão praticados, viabilizando a materialização e regulamentação das políticas públicas, à viabilização jurídica das licitações e dos contratos e, ainda, na proposição e análise de medidas legislativas (Leis, Medidas Provisórias, Decretos e Resoluções, entre outros) necessárias ao desenvolvimento e aprimoramento do Estado Brasileiro.² A AGU também desenvolve atividades de conciliação e arbitramento, voltadas para resolver administrativamente os litígios entre a União, autarquias e fundações, evitando, assim, a provocação do Poder Judiciário.

1.8.1 A Procuradoria da União em Sergipe

A PU/SE é órgão integrante da AGU representante em Sergipe dos órgãos de execução da Advocacia-Geral da União e está subordinada à Procuradoria Regional da União da 5ª Região – PRU/PE, instância superior que centraliza grande parte dos procedimentos administrativos.

Possui peculiaridades com relação ao quadro de servidores porque é formado por Advogados da União membros da carreira da AGU e Servidores Administrativos que com exceção dos Administradores e Contadores concursados, em sua maioria foram inicialmente cedidos dos mais diversos órgãos de esfera federal e redistribuídos para o quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União, por ocasião da publicação da Lei 10.480 de 2 de julho de 2002, que os absorveu para o seu quadro de pessoal.

Fato este observado de relevância porque a AGU não possui plano de cargos e carreira e as funções desenvolvidas nas unidades conta com servidores dos mais variados cargos que na maioria dos casos exercem atividades diferentes das suas atribuições e neste sentido foi identificado que não existe o cargo de Bibliotecário no quadro da AGU e os participantes da pesquisa vieram de outros órgãos com este cargo para atuarem e desenvolverem suas funções.

Os Bibliotecários que atuam na AGU são em número de cinco distribuídos nos estados de Brasília, Ceará e Bahia, Rio Grande do Sul e no Estado do Rio de Janeiro. Nas

² A principal fonte para a caracterização da Advocacia Geral da União foi o conteúdo institucional do Portal da AGU.

demais Procuradorias não existem profissionais da Biblioteconomia e as atividades da área estão sendo realizadas por profissionais não qualificados para a área ou sendo obsoletas.

Não existe software para Bibliotecas e o tratamento da informação é desenvolvido de acordo com programas desenvolvidos pelas unidades estaduais onde não existe padronização no tratamento da informação e nem existe redes de Bibliotecas interligadas e somente a Biblioteca central em Brasília compões a Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI.

Fica evidente que a partir da criação dos cargos dos profissionais integrantes da AGU este cenário será alterado e a unidade de informação jurídica poderá cumprir a sua função de Biblioteca especializada na área jurídica.

1.9 JUSTIFICATIVA

A motivação da pesquisa que resultou no presente trabalho monográfico surgiu da necessidade de um estudo exploratório sobre as habilidades de competência informacionais entre os usuários da Informação Jurídica, face à importância do fenômeno da utilização da Informação para a pesquisa jurídica em detrimento da grande quantidade e variedade de fontes a serem pesquisadas para atenderem as demandas processuais por estes usuários, onde o tempo preciso e a informação certa é imprescindível para suas atividades.

Verificou-se entre estes usuários, operadores do Direito, a utilização os recursos informacionais que facilitam a busca, analisando como estão sendo feitos os trabalhos de pesquisa jurídica, formação de habilidades para pesquisa e as competências para satisfação da necessidade informacional jurídica dos profissionais envolvidos no processo.

Em fomento da pesquisa, além de diagnosticar um panorama atual das competências informacionais dos usuários operadores do Direito, foram recomendadas em suas considerações finais as adaptações necessárias para aperfeiçoar as práticas biblioteconômicas e documentais, ampliar as aplicações dos resultados e constatações da pesquisa para outras esferas do judiciário e da área privada da Advocacia do Direito, visto que, são profissionais que trabalham com o mesmo tipo de informação especializada e necessidades informacionais correlatas.

1.10 ESQUEMATIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

A monografia, segundo sua proposição na tentativa de obter uma melhor compreensão está dividida em cinco capítulos seguinte estrutura textual:

No capítulo I está inserido todo o conteúdo introdutório com o contexto do tema, sua problemática, justificativa, hipóteses, propostas com também seus objetivos e a metodologia utilizada.

O capítulo II apresenta um embasamento teórico dos principais conceitos da competência informacional abrangendo desde a definição do termo competência, breve relato das bases históricas e conceituais da competência informacional direcionando os trabalhos para a pesquisa jurídica e os padrões para avaliação da Competência informacional pelos padrões das diretrizes da DHI/IFLA.

No capítulo III são abordadas a informação jurídica através de seus conceitos e no contexto atual da sociedade da informação e suas fontes de informação englobando as tipologias de informação jurídica, suas principais fontes de informação.

O capítulo IV faz um diagnóstico da competência informacional da PU/SE caracterizando de maneira minuciosa os procedimentos e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, coleta e análise dos dados.

O capítulo V finaliza esta pesquisa apresentando as considerações finais sobre a pesquisa de identificação da competência informacional como medida de diagnóstico e sugestão de intervenção na melhoria das habilidades de acesso, avaliação e uso da informação.

2 A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

No atual cenário mundial a informação e o conhecimento são considerados bens de valores influenciando nas principais atividades produtivas da sociedade. Nesta perspectiva o desenvolvimento da competência informacional mobiliza e atualiza o conhecimento que se adquire no uso da informação pela internalização do conhecimento e principalmente por uma nova relação com a informação e o saber que consiste em “[...] uma relação de aprendizado ao longo da vida”. (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 132).

Neste sentido, a competência habilita o indivíduo para que seja independente na construção do conhecimento sendo capaz de identificar a informação que tenha valor para a sua tomada de decisão e que resolva o seu problema sendo um movimento que está presente em todas as áreas do conhecimento da sociedade atual e principalmente nos campos de atuação profissional em que a informação é o fator determinante.

O movimento da competência caminha por entre conceitos que essencialmente caracterizam que o processo de identificação do acesso, uso e avaliação da informação de maneira crítica e reflexiva como fator determinante para inserir o sujeito competente informacional em um contexto social, organizacional e pessoal de sucesso.

Neste capítulo faz-se uma breve abordagem teórica do termo competência, seguido do seu contexto histórico-conceitual e discorre sobre alguns aspectos da competência informacional e pesquisa jurídica apresentando o Padrão de avaliação da competência informacional – DSH/IFLA utilizado como parâmetro neste estudo.

2.1 BREVE ABORDAGEM TEÓRICA DO TERMO COMPETÊNCIA

De uma maneira geral, a noção de competência esta baseada na capacidade de compreender determinada situação e tomar a atitude necessária para resolvê-la utilizando todos os recursos necessários baseada no conhecimento. O termo competência pode abranger vários significados, contudo, tem evoluído e se ampliado junto às transformações sociais e econômicas e se inserido gradativamente neste novo contexto da sociedade da informação por onde trafega toda a busca pelo conhecimento atrelado ao desenvolvimento da competência.

Segundo Carbone et al. (2009, p. 42), historicamente o termo competência remota a idade média, quando pertencia a linguagem jurídica em face da capacidade em apreciar e julgar certas questões atribuídas a alguém ou instituição. Posteriormente passou a designar o

reconhecimento social sobre a capacidade de alguém se pronunciar a respeito de um assunto específico.

Na década de 70, o conceito de competência abrange o campo industrial despertando vários teóricos para pesquisa do tema, surgindo diferentes definições de competência sob duas correntes teóricas todas influenciadas pela sua utilização na gestão organizacional: a da literatura americana e a da literatura francesa.

Neste sentido, Dutra (2004) explica que a abordagem americana entende a competência como um conjunto de qualificação ou características subjacentes à pessoa a qual permitem que ela realize determinado trabalho e possa lidar com determinada situação.

Baseada nesta abordagem, McClelland (1973, *apud* ZABALLA; ARNAU, 2010, p. 28) define competência como uma forma de avaliar o que realmente causa um rendimento superior no trabalho, visto que, observou que vários fatores além da Inteligência influenciavam o resultado da competência e eficiência do indivíduo o que a diferencia de aptidões. Neste momento a competência seria uma abordagem alternativa da performance em vez dos testes de inteligência muito comuns nos EUA na década de 1970 (MIRANDA, 2006, p. 107).

Na década de 1980, a competência já está associada à capacidade que o indivíduo detém para realização das tarefas correlacionadas ao cargo exercido sendo forte a questão hierárquica. Nessa perspectiva, Fleury e Fleury (2001, p. 185) abordam a seguinte definição de competência:

[...] um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas.

Os autores franceses associam a competência às realizações da pessoa em determinado contexto sendo destacada a questão da responsabilidade nas tomadas de decisão atrelada à responsabilidade pela ação. Miranda (2006, p.107) entende que na abordagem francesa ter competência é “saber mobilizar e combinar recursos (pessoais e do meio)”.

Cada vez mais um indivíduo particular constrói sua competência entrando em contato, em seu percurso educativo e com seu percurso profissional, com uma multiplicidade de fontes de conhecimentos, de especialidades, de experiências (ZARIFIAN, 2011, p. 115). Os conhecimentos adquiridos são utilizados no desenvolvimento da competência e a mobilização destes atrelados ao conjunto de habilidades e atitudes garante a tomada de decisão de forma efetiva com inteligência e responsabilidade.

Com base na junção dessas ideias, vieram muitas definições do termo competência que se complementam para compreensão da lógica da competência, sempre buscando a realização de qualquer que seja a atividade com foco na junção de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Conforme Miranda (2006, p. 108), a competência é "o conjunto de recursos e capacidades colocado em ação nas situações práticas do trabalho: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitudes)".

Para Dudziak (2007, p. 93) a competência envolve mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes e complementa que é um processo dinâmico que constantemente se renova promovendo a transformação pessoal e o aprendizado ao longo da vida.

Esta definição contempla a importância de estar buscando sempre uma continuidade e atualização de saberes mostrando que a competência é um movimento que acompanha um contexto de evolução em uma sociedade que foca na informação como fator de produção e geradora de conhecimento.

Carbone *et al.* (2009, p. 43) entende que a competência vai além do conhecimento e habilidade para exercer determinada atividade, deve englobar o desempenho expresso pela pessoa em um determinado contexto em detrimento de comportamentos e realizações.

Neste sentido, Zabala e Arnau (2010, p. 11) apontam que "qualquer atuação competente sempre representa a utilização de conhecimentos inter-relacionados às habilidades e às atitudes [...]", o que mostra que a lógica da competência persiste na educação e no desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de reflexão nas atitudes a serem utilizadas para as respostas e soluções de demandas, integrando as práticas à rotina cotidiana.

Face as definições da competência e considerando a explosão da informação presente na sociedade atual, surge a competência específica para lidar com o ciclo informacional no que tange o processo de sua busca, seleção, aquisição, recuperação e acesso para produção de conhecimento denominada competência informacional.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO E BASES CONCEITUAIS DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

A competência está atrelada ao tripé de conhecimentos, habilidades e atitudes onde caracteriza o indivíduo com habilidades para desempenhar uma tarefa de maneira eficiente e a partir dessa base conceitual o termo adquire conceitos cujas dimensões se

estendem em diversos campos de atuação e aos principais segmentos que compõem a sociedade atual.

A origem da competência informacional está sedimentada na sociedade da informação onde o valor da informação e o seu domínio estão presentes como fator primordial nas tomadas de decisão e no processo de produção do conhecimento. Neste sentido, a competência informacional integra o ato de localizar, selecionar, acessar, organizar e usar a informação em um processo gerador de conhecimento com fins de tomada de decisão e solução de problemas (GASQUE, 2010, p. 83).

Para Dudziak (2001, p. 45) o processo de busca e uso da informação apesar de ser essencial a competência informacional só tem sentido quando ligado à educação e aos processos de aprendizado ativo e por toda a vida. Esta concepção é corroborada por Zabala e Arnau (2010, p. 50) quando afirmam que a competência oferece um parâmetro fiel do grau de compreensão que as ações humanas desenvolvem em detrimento ao valor do conhecimento.

Assim, a partir do aprendizado ao longo da vida o indivíduo adquire condições de exercer papel ativo no processo de construção do conhecimento e reconhecer a importância deste como fonte de valor para a tomada de decisão independente do contexto ao qual esteja inserido e estimulando as mudanças necessárias para que possa exercer com competência seu papel ativo na sociedade da informação.

Muitos termos são utilizados na literatura para traduzir a expressão original “*Information Literacy*”, não havendo consenso por parte dos estudiosos. Na Espanha usa-se a expressão *alfabetización informacional*, em Portugal foi traduzida como *literacia informacional* ou *literacia da informação* e no Brasil as publicações traduzem o tema como *Information Literacy*, letramento informacional, alfabetização informacional, habilidade informacional e competência informacional. (BELUZZO, 2005; DUDZIAK, 2010; GASQUE, 2010;) onde todos refletem no desenvolvimento da autonomia da aprendizagem independente, no processo contínuo de busca e apreensão da informação e no senso crítico e intelectual de transformá-la em conhecimento.

Neste trabalho optou-se por utilizar o termo competência informacional por ser a tradução mais utilizada e por ter “[...] significado mais abrangente, além de ser aceita e valorizada tanto na área educacional quanto nos círculos profissionais” (DUDZIAK, 2010, p.8).

Desde a sua primeira abordagem na literatura, a competência informacional foi sendo definida e estudada por vários teóricos e se tornando abrangente porque está

fundamentada no processo dinâmico do crescimento exponencial da informação junto ao avanço das tecnologias da comunicação e informação. Sua base de sustentação conceitual da competência são os seguintes componentes: o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender; o aprendizado ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003, p.29)

Ainda neste sentido, entre os componentes que premeiam a competência informacional estão “[...] os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente”. (GASQUE, 2012, p. 32). Estes fatores respondem o atual contexto da disponibilidade da informação em suas variadas fontes e diferentes formatos que circulam de maneira rápida o que torna essencial também avaliar o uso da informação no que tange a sua confiabilidade e o seu valor.

Na década de 1970, o termo competência informacional emergiu na Biblioteconomia e foi introduzido na literatura pelo Bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski em um relatório publicado em 1974, intitulado *The information service environment relationships and priorities*, apresentado a agência do governo americano encarregada de assessorar organizações públicas e privadas sobre questões de políticas de Bibliotecas e informação, no nível nacional *National Commission on Libraries and Information Science*³.

O relatório possuía o intuito de estabelecer diretrizes para um programa nacional de preparação e acesso universal a informação expandindo as relações entre os setores privados de produtos e serviços de informação e sugerindo a disseminação de bancos de dados informacionais e a adoção de indicadores. (DUDZIAK, 2010, p. 5).

Nessa ocasião, o relatório indicava uma visão emergente da informação e o desenvolvimento da competência informacional conforme registro de Zurkowski, sob a tradução livre de Antonio Edilberto Costa Santiago,

A informação não é conhecimento, é conceito ou ideias que entram no campo da percepção das pessoas, são avaliadas e assimiladas reforçando ou alternado o conceito de indivíduo da realidade e/ou capacidade para agir. (SANTIAGO, 2012, p. 49).

Segundo Dudziak (2010, p. 6) nos anos 70, a abordagem teórica da competência informacional foi voltada para a aprendizagem do uso dos sistemas de informação em face da

³ Informação reinterada em diferentes fontes especializadas, como: CAMPELLO, 2006; DUDZIAK, 2003; GASQUE, 2012.

preocupação com a grande quantidade de informação a ser acessada e organizada e releva os estudos que cunham o termo adquirindo uma perspectiva holística, individual e independente dos acontecimentos.

Ainda segundo a autora, além dos trabalhos consagrados de Paul Zurkowski, outros especialistas desenvolveram e adaptaram a terminologia e o conceito, como: Major R. Owens que se referiu à *Information Literacy* como elemento essencial a cidadania; Robert S. Taylor, que se destacou no âmbito da Biblioteconomia porque estabeleceu o vínculo definitivo deste profissional em artigo publicado que discutia o futuro da profissão atrelando o trabalho desenvolvido pelos Bibliotecários a .

Nesta mesma linha, Eugene Garfield que se destacou como fundador do *Institute for Scientific information* – ISI e valorizou o uso eficiente e eficaz da informação prevendo as mudanças a serem necessárias para os sistemas de informação e os profissionais Bibliotecários. (DUDZIAK, 2010, p.6).

A década de 80 é marcada pelo avanço das novas tecnologias da informação alterando a questão do acesso, do tratamento e recuperação da informação e consequentemente a exigência de profissionais com habilidades e conhecimentos específicos para lidar com as novas demandas profissionais.

A capacitação em tecnologia da informação começa a ser exigência para as mudanças do ambiente informacional e o profissional passa por novos desafios e exigências marcantes para lidar com os novos formatos e suportes informacionais.

Em face latente da necessidade da capacitação em tecnologia projetos começam a se popularizar no campo profissional e de maneira mais tímida em escolas secundárias, contudo, a Biblioteconomia já começa a reagir e se inserir neste novo cenário que conectava as Bibliotecas a educação (DUDZIAK, 2003, p. 25).

Nessa linha de evidenciar o papel educacional das Bibliotecas, Dudziak (2003, p.26) afirma que a publicação de Patrícia Breivik sobre o Estudo dos Usuários da Biblioteca da Universidade de Colorado em Denver, serviu de primeiro passo para integração entre Bibliotecários, docentes e educadores e nele se refletia o princípio do aprendizado contínuo e ao longo da vida. Foi um trabalho para a ênfase cognitiva de aprender a aprender (GASQUE, 2012, p.30).

Em síntese, se constatou a necessidade do desenvolvimento da Competência Informacional nos projetos educacionais das universidades com ênfase no ensino e pesquisa autônomo e independente imprescindível para o aprendizado dos alunos, sendo enfatizado a

partir desta concepção de cooperação entre Bibliotecários e os administradores das universidades “[...] os processos de construção do conhecimento a partir da busca e uso da informação, de maneira integrada ao currículo, cuja filosofia via a Biblioteca como elemento-chave na educação” (DUDZIAK, 2003, p. 26).

Ainda na década de 1980, a tese publicada por Carol C. Kuhlthau intitulada *Information Skills for na Information Society: a review of research*, corrobora com a mesma visão de Breivik (1985) com a educação voltada para alfabetização em informação e respeitando dois eixos fundamentais: a integração da competência informacional ao currículo e o amplo acesso aos recursos informacionais (DUDZIAK, 2010; FARIAS; VITORINO, 2009).

Publicado em 1989, o *Presidential Committe on Information Literacy: Final Report* foi um relatório da *American Library Association* – ALA, preparado por um grupo de Bibliotecários e de educadores onde foram definidas as bases da Competência Informacional relacionada à capacidade de aprender a aprender, noção que continua presente no discurso do movimento da competência (CAMPELLO, 2009, p. 71).

O referido relatório da ALA delibera recomendações quanto à importância da Competência Informacional para a tomada de decisão e resolução de problemas para indivíduos, trabalhadores e cidadãos recomendando novo modelo de aprendizado mais coeso entre a Biblioteca e a sala de aula e de uma aprendizagem independente.

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa da informação e possuir habilidades para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas. (CAMPELLO, 2009, p. 72).

Dudziak (2003, p.27) aponta alguns documentos, trabalhos e Institutos criados para desenvolver programas para treinamento os estudos da competência informacional entre o final da década de 80 e o início de 90, criação do *American Association of School Librarians* – AASL/AECT, divisão de Bibliotecas da ALA que produziu o documento normativo *Information Power* que posiciona o Bibliotecário no eixo do processo catalizador entre a Biblioteca e a escola; criação do *Institute for Information Literacy da ALA* – ACRL, que reúne Bibliotecários de universidades norte americanas; *Library Instrucion Round Table* - LIRT, a *LOEX Clearinghouse for Library Instruction*, todos voltados para instrução e

orientação bibliográfica a Bibliotecários e dar suporte à implementação de programas educacionais no ensino superior.

Os encontros de especialistas na área da competência informacional visam promover recomendações e diretrizes que possam desenvolver programas e promover o movimento da competência informacional em nível internacional, visando ainda a sua institucionalização para o desenvolvimento conceitual, filosófico e principalmente as diretrizes para determinar e desenvolver a competência. Os encontros já promovidos foram os de: Praga, 2003; Alexandria, 2005; Toledo, 2006; Lima, 2009; Paramilo, 2010; Murcia, 2010; Maceió, 2011; Havana 2012.

Com maior evidência pode-se destacar as diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente elaborada pela IFLA elaborada para direcionar os profissionais da informação em identificar padrões internacionais para uso, avaliação e uso da informação o qual é amplamente utilizado como parâmetro em estudos de identificação de competências e para a aprendizagem permanente discurso presente neste movimento.

Em seu percurso contextual e nas bases conceituais da competência informacional fica evidente que sua essência está fundamentada na busca e no uso da informação visando à produção do conhecimento e dentre as diversas práticas direcionadas à competência informacional a definição da ALA e suas atualizações são utilizadas como referência (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 134).

Independente do âmbito em que a competência seja exercida e da sua concepção, seja ela voltada para a aprendizagem de sistemas de busca, ou para contemplar a busca pela informação, ela é transdisciplinar, pois incorpora “[...] conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisão”. (DUDZIAK, 2003, p. 29).

Essencialmente é um movimento diretamente associado à educação como suporte para o aprendizado ao longo da vida e como um dos principais componentes que sustentam o eixo da competência informacional que acalenta o lado cognitivo do indivíduo, sua inteligência e promove o aprendizado ao longo da vida.

2.3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO BRASIL

No Brasil o termo surgiu no âmbito da Biblioteconomia e da ciência da informação junto ao desenvolvimento do serviço de referência e dos estudos de usuários tendo o artigo de Caregnato, publicado em 2000, como pioneiro a usar o termo *alfabetização informacional* (DUZIAK, 2001).

Em seu artigo intitulado “O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das Bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede”, Caregnato (2000, p.50) fez uma revisão dos conceitos ligados à educação dos usuários nas Bibliotecas universitárias em detrimento da grande produção de informação digital em rede e os avanços das mídias digitais em face de necessidade de desenvolvimento de habilidades na busca, uso e recuperação da informação neste ambiente.

Desta forma, a autora apontou mudança na terminologia para designar o serviço educacional oferecido aos leitores das Bibliotecas: desenvolvimento de habilidades informacionais e alfabetização informacional. As novas expressões caracterizaram a ampliação da função exercida pelas Bibliotecas universitárias devido aos novos formatos da informação em rede.

A Sociedade da Informação foi o berço do termo Competência Informacional e seus precursores estão entre os Bibliotecários que desenvolveram estudos relativos à educação de usuários no Brasil: Alves, Breglia, Cerdeira, Flusser, Luck et all, Milanesi, Moran et all, Obata e Perroti. Menciona ainda alguns projetos como o Proesi, Programa Serviços de Informação em Educação da ECA-USP -- PROESI⁴, voltados para a formação de habilidades e competências de usuários de unidades de informação, com ênfase na Biblioteca Escolar. , (DUDZIAK, 2003, p.28)

A Dissertação desenvolvida por Adriana Dudziak em 2001 teve abordagem teórico-documental da Inforamtion Literacy enfatizando o papel educacional das Bibliotecas e dos Bibliotecários e a necessidade de mudanças necessárias que levem em sua direção.

Desta forma, identifica a diferença entre a educação de usuários que tem a sua origem na Biblioteca e no Serviço de Referência e Informação como auxílio na busca da informação destes e a Competência Informacional que vai além, desenvolvendo processo de

⁴ O PROESI foi mantido nas dependências do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, nos anos 1990, sob a coordenação de Edmir Perroti, oferecendo cursos de especialização em Mediação da Leitura, entre outras iniciativas.

aprendizado ao longo da vida e assumindo que “[...] os processos investigativos e de construção de conhecimento permeiam todas as ações, são aplicáveis a qualquer situação, seja junto a sistemas formais, seja junto a sistemas informais.” (DUDZIAK, 2001, p. 59).

Assim, a Competência Informacional busca desenvolver e capacitar no indivíduo as habilidades de busca da informação estando presente em todas as fases deste processo contínuo de conhecimento abrangendo diferentes contextos de ordem social, profissional, educacional ou pessoal que levam o aprendizado independente ao longo da vida.

Campelo (2003, p. 29) enfatiza que o trabalho de autores brasileiros sobre Competência Informacional possui foco voltado para ampliar a função pedagógica da Biblioteca integrando o Bibliotecário no papel de educador. Essa abordagem insere o papel do Bibliotecário não como expectador das transformações sociais que ocorreram, estando inserido diretamente como profissional que dentro de um novo paradigma deve compreender as mudanças necessárias e os desafios a serem vencidos repensando no papel da Biblioteca e na educação voltada para a competência informacional.

A autora se volta para o movimento da competência informacional no ambiente escolar e seria o trabalho de base para o desenvolvimento de habilidades em pesquisa escolar e consequentemente em alunos que serão inseridos no mundo acadêmico com capacidade de desenvolver a consciência crítica para a aprendizagem e levando essa essência como diferencial e fator determinante na questão de aprender a aprender.

Seguindo o discurso presente de aprender a aprender, de acordo com a tradução da AASL/AECT (CAMPELLO, 2009, p. 72) aborda o tema sob a noção de aprendizagem independente, relacionando entre as diversas definições a contida no documento *Information Power*,

O aluno que aprende com independência aplica os princípios da competência informacional para acessar, avaliar e usar informação sobre assuntos e situações de interesse pessoal [...] O estudante constrói conhecimento de forma significativa e pessoal, com base na informação e comunica esse conhecimento de maneira acurada e criativa, através de uma variedade de formatos de informação.

Neste sentido o papel da educação na Competência Informacional está na construção das dimensões que ela pode alcançar e formar o indivíduo: com capacidade de identificar a informação relevante para sua tomada de decisão, crítico e socialmente letrado não somente por dominar a leitura, mas, compreender o sentido e o valor que a informação possui em sua pessoal, profissional ou social para compor o cenário de exigências e de constante mobilidade da sociedade atual.

Deste modo, este processo é essencial para à Competência Informacional porque o indivíduo participa ativamente da construção do conhecimento na seleção da informação relevante e desenvolvendo comportamento de aprender independente e continuamente, onde aprende por toda a vida interiorizando o conhecimento para realização de várias tarefas.

Em 2002, Hatschbach apresentou dissertação *intitulada Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital par o estudante de nível superior*, onde aborda a ampla noção da competência informacional e seus múltiplos aspectos. Posteriormente, apresenta trabalho sobre evolução do conceito no período dos últimos trinta anos enfocando desde as habilidades no uso das fontes de informação, de técnicas e métodos de estudo e pesquisa, de tecnologias de informação e comunicação. (HATSCHBACH; OLINTO, 2008).

Gasque (2010, p.85) aborda que a junção dos conceitos de alfabetização e letramento no contexto informacional auxilia na construção do arcabouço conceitual do letramento informacional porque estão diretamente relacionados ao processo de aprendizagem, enquanto Dudziak (2003, p.23-24) argumenta que a competência vai além da soma destes dois conceitos, porque os seu conceito engloba diversas definições e interpretações a depender da área do conhecimento em que esteja inserida.

Sabendo que a competência informacional foi sedimentada na sociedade do conhecimento, pode se considerar que ela tem a finalidade de tornar o indivíduo socialmente ativo no processo de competência informacional e este processo de socialização depende do desenvolvimento das seguintes habilidades: determinar a extensão da informação necessária; acessar a informação eficiente; incorporar a nova informação ao conhecimento prévio atingindo seus objetivos específicos e compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação. (GASQUE, 2012, p. 32).

Lecardelli e Prado (2006) publicam artigo onde mapeiam os trabalhos e estudos desenvolvidos na área da competência informacional no Brasil no período de 2001 a 2005 destacando, Adriana Dudziak, Janaína Ferreira Fialho, Regina Célia Baptista Beluzzo, Bernadete Campelo, Deniela Melaré Vieira Barros, Silvânia Vieira Miranda, Helena Silva, Jussara Lima, Marco Antonio Brandão, Othon Jambeiro, Kira Tarapanoff e M. Soares.

Diversos autores apresentaram trabalhos voltados para o tema da competência informacional e sobre as características que determinam os indivíduos competentes em informação, contudo, o movimento da informação no Brasil ainda está em crescimento.

Tem crescido gradativamente com avanços recentes como a busca da evolução conceitual e de diretrizes que norteiem implantação de programas para o desenvolvimento da competência informacional a nível nacional desenvolvido em manifesto que contem as principais reflexões contidas em uma declaração intitulada Declaração de Maceió sobre a competência em Informação.

A declaração elaborada pelos grupos de trabalho do Seminário “Competência em Informação: cenários e tendências realizado no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – XXIV CBBD” propõe ações voltadas para o desenvolvimento da competência informacional de acordo com as seguintes reflexões:

1. As Bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação estão conclamando a fomentar a melhoria dos níveis educacionais de toda a população, mediante formação para o desenvolvimento humano e profissional, atividades de promoção da leitura, para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida;
2. As Bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória. Destaca-se a base inicial para a capacitação no uso da informação, o papel social da Biblioteca escolar como centro de recursos para a aprendizagem e o desenvolvimento de Competência em Informação.
3. As escolas de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação deverão integrar conteúdos relativos à Competência em Informação nos seus projetos político-pedagógicos.
4. As associações profissionais deverão dar prioridade à oferta de atividades de formação contínua, incluindo desafios decorrentes da necessidade da Competência em Informação, a fim de propiciar atualização de acordo com as tendências contemporâneas.
5. As Bibliotecas, instituições, organismos e profissionais interessados no fomento e promoção da Competência em Informação deverão estabelecer relações locais, regionais, nacionais e internacionais, para a coordenação e desenvolvimento de ações conjuntas.

Por ser um processo dinâmico e de mobilidade contínua que envolve o desenvolvimento de capacidade de buscar a informação dominando o seu acesso de maneira efetiva e eficiente, a competência informacional renova conhecimentos preparando o

indivíduo para atuar de maneira efetiva e consciente na sociedade da informação, contudo, seu significado é complexo porque engloba muitas definições e interpretações que são definidas de acordo com a área que esteja inserida. (DUDZIAK, 2003, p.23).

O campo da competência informacional no Brasil necessita de pesquisa, contudo, está acompanhando a evolução do conceito partindo da educação e evoluindo para o desenvolvimento das habilidades no uso da informação instigando o indivíduo a atuar na sociedade da informação como sujeito consciente e capaz de aprender com avaliação crítica da informação e do seu valor para a tomada de decisão e solução dos problemas ativando o processo de aprender por toda a vida.

2.4 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E A PESQUISA JURÍDICA

Dentro do panorama atual dos profissionais que atuam com a informação especializada focada no seu uso estratégico como geradora de novos conhecimentos figuram os especialistas da área jurídica.

A informação jurídica é originada das fontes do Direito e compõe um universo informacional de diferentes tipos documentais com produção contínua e disponibilizados em variados formatos e fontes que exige do profissional jurídico competência informacional para buscar a informação através de um processo de avaliação crítica em sua seleção e uso agregando valor a informação.

Neste sentido, a informação jurídica é de grande relevância para as decisões e demandas judiciais e fator determinante para a solução das provocações geradas nos processos sendo o desenvolvimento da competência informacional para os operadores do Direito fator determinante e essencial para o contexto jurídico.

Desempenham função indispensável ao funcionamento do Estado brasileiro, seja na defesa de seus recursos financeiros, seja na aplicação das políticas públicas e tendo como ferramenta para o seu exercício o acesso à informação jurídica em seus variados formatos e mídias englobando a legislação, a doutrina (artigos, anais de congresso, livros) e a jurisprudência caracterizadas pelo processo de atualização muito rápido e produção mutável e em grande escala.

A autonomia na busca pela informação é característica do indivíduo que desenvolveu habilidade em pesquisa e atua diretamente na construção do conhecimento através de pensamento reflexivo que predomina na angústia do pesquisador, pois, “implica

tomar iniciativa para adquirir novos conhecimentos, ampliar saberes, dirimir dúvidas e solucionar problemas”. (GASQUE, 2012, p.18)

Ainda segundo a autora, a Competência Informacional prevê que ao iniciar um processo de pesquisa já se conheça a sua necessidade informacional e se tenha convicção da dimensão da informação e da sua seleção para aquisição do valor em resolver o problema a ser solucionado na tomada da decisão, onde, as melhores decisões ocorrem a partir de uma investigação séria e reflexiva onde as pesquisas bem orientadas são ferramentas de aprendizagem. (GASQUE, 2012, p. 20).

Quando abordada a questão da pesquisa da informação no âmbito eletrônico deve-se ressaltar que a maioria das fontes de informação especializadas está inserida nestes ambientes e caracterizadas pela sua fácil disponibilização e acesso, contudo, esbarra nas dificuldades do domínio das ferramentas de busca na prática da pesquisa e na precisão da busca.

No que tange a relação da competência informacional ao atual cenário da tecnologia da informação e comunicação às recomendações traduzidas da ALA, livremente traduzido por Roney Eloy (2012, p.35) consistem:

As tecnologias da informação permitem um indivíduo a utilizar os computadores, aplicativos de software, bancos de dados e outras tecnologias para atingir uma ampla variedade acadêmica, relacionado com o trabalho e objetivos pessoais. Indivíduos competentes informacionalmente, necessariamente desenvolvem algumas habilidades tecnológicas.

Ainda no contexto digital, Belluzzo (2005, p. 44) apresenta as seguintes concepções da competência em informação:

- Digital – concepção com ênfase na tecnologia da informação e da comunicação;
- Informação propriamente dita – concepção com ênfase nos processos cognitivos;
- Social – concepção na inclusão social, consistindo em uma visão integrada de aprendizagem ao longo da vida e exercício da cidadania.

Independente do suporte e formato da informação fica evidente que se faz necessário obrigatoriamente desenvolver as competências necessárias no atual contexto socioeconômico porque a informação é bem de valor e os novos paradigmas estão presentes sempre acontecem às revoluções tecnológicas.

As habilidades específicas acompanham as ações que são realizadas na prática da competência informacional e são habilidades que acompanham e “[...] decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato de saber fazer.” (GASQUE, 2012, p.34). Elas acompanham as práticas de busca e apreensão da informação com fluência e são desenvolvidas e direcionadas para a área que a informação se destina e desta maneira o trabalho com a informação requer “[...] várias habilidades que, de forma genérica, estão relacionadas ao uso das tecnologias, a utilização da informação propriamente dita, e a clareza quanto ao papel e o impacto social da informação”. (CÓL; BELLUZZO; 2011 p.17).

Enquanto Gasque (2012, p.36) é categórica ao enfatizar que a Competência Informacional se refere diretamente ao que se deseja construir e desenvolver no processo da competência enquanto a habilidade consiste em cada ação específica e necessária que vai acompanhar o processo de determinada competência.

A informação jurídica fundamenta as atividades desenvolvidas pelos operadores do Direito subsidiando todo o processo do âmbito jurídico. Passos (1994, p. 363) define informação jurídica, como:

Toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestação de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Constitui elemento imprescindível para que os profissionais da área alcancem os seus objetivos buscando nas fontes de informações suas respostas e sob este aspecto surge o usuário operador do Direito, que segundo Passos (2012, p.1) é juízes, juristas, legisladores, professores e alunos do curso de Direito e o cidadão comum. Eles se caracterizam por serem profissionais especializados com interesses e habilidades especiais que necessitem de informações relevantes e precisas em tempo hábeis.

Os operadores do Direito buscam em suas pesquisas solucionar conflitos direcionados para a tomada de decisões das questões processuais que possuem prazos judiciais, geralmente reduzidos, o que faz o seu trabalho complexo e reflete a salutar importância de reconhecerem suas necessidades informacionais para desenvolverem competência informacional em suas pesquisas para a solução dessas necessidades no universo informacional jurídico.

Para lidar com o volume crescente do fluxo de informação, o usuário precisa desenvolver a competência no processo de necessidade, uso e busca da informação e neste contexto está inserida a competência informacional jurídica cujo foco está direcionado na autonomia individual em transformar a informação de qualidade oferecida pelos serviços de uma unidade de informação em conhecimento útil.

[...] os operadores do Direito necessitam desenvolver habilidades específicas para transitar em segurança pelos universos informacionais jurídicos oriundos da pesquisa e do fazer contínuo de suas instituições acadêmicas e profissionais. (SANTIAGO, 2012, p.19)

Tratando da compreensão da necessidade da informação relacionada com a competência informacional, Miranda (2006, p. 99) considera que o reconhecimento das necessidades de informação não é bastante para satisfazê-las. Estes profissionais necessitam desenvolver habilidades de pesquisa na prática do exercício diariamente e a competência na pesquisa jurídica é o recurso necessário e elementar para que possa resolver suas demandas e necessidades de informação, sendo que na concepção de Miranda (2006, p. 113) essas competências podem ser desenvolvidas quando eles conseguem reconhecer a necessidade em saber trafegar no ciclo criativo e evolutivo do mundo informacional desenvolvendo habilidades e atitudes para resolver os problemas.

Para Gasque (2012, p. 132) “[...] as necessidades informacionais surgem do reconhecimento dos indivíduos na existência de lacunas no conhecimento e na capacidade de dar sentido à sua vivência”. Para os profissionais do Direito as suas necessidades informacionais são previamente identificadas por serem especialistas na área.

Os operadores do Direito devem articular estratégias de busca para identificar a informação que as satisfaçam porque através da pesquisa consciente e articulada podem identificar selecionar e recuperar as informações que o levem a alcançar a solução das suas demandas e esta capacidade engloba “o domínio do assunto, das técnicas e metodologias de pesquisa, de das habilidades para a pesquisa” (SANTIGAGO, 2012, p. 37).

Ao desenvolver habilidades na pesquisa o profissional atrela o seu desempenho a capacidade aprender a pensar, estudar as temáticas vinculadas e aprender sempre com a educação continuada facilitando o seu trabalho e atuando com competência, capacidades estas que Gasque (2012, p. 32) assim relaciona:

- Determinar a extensão das informações necessárias;

- Acessar a informação de forma efetiva e eficiente;
- Avaliar criticamente a informação e suas fontes;
- Incorporar a nova informação ao conhecimento prévio;
- Usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos;
- Compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente.

Assim, a pesquisa jurídica está envolta por um universo de informações que crescem exponencialmente e tendem a se atualizar com a mesma velocidade que a tornam obsoletas e esta situação é fato relevante onde todos os profissionais da área precisam ter a convicção de que “[...] a pesquisa jurídica permeia quase todas as outras habilidades jurídicas”. (CORDON *apud* SANTIAGO, 2012, p. 99).

É na competência informacional que estes profissionais precisam focar o desenvolvimento da pesquisa jurídica de maneira que desenvolvam habilidades que o tornem capazes de completar o processo de busca agregando valor a informação, compreendendo de maneira crítica e reflexiva o valor desta para a tomada de decisão e a solução das suas demandas processuais atuando como integrantes de função essencial na sociedade de informação.

2.5 PADRÃO DE AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL DSH/IFLA.

O desenvolvimento da Competência Informacional está presente em um processo contínuo de aprendizagem ao longo e durante toda vida fundamentada na educação sendo importante a sua avaliação em face da necessidade de melhorar, adaptar e aperfeiçoar as habilidades informacionais dos envolvidos que compõem o contexto ao qual ela se insere.

Em termos de avaliação se faz necessário criar diretrizes que possam guiar um programa de *Desenvolvimento de habilidades em Informação* – DHI, onde seus princípios podem ser aplicados tanto em nível educacional como adaptados às necessidades de uma organização por meio de operações que em seu contexto faça uso da informação como recurso socioeconômico.

A adoção de padrões de desenvolvimento de habilidades e implementação de Competência Informacional teve sua origem nas iniciativas do movimento de avaliação do

ensino superior, planejamento estratégico e administração de qualidade total. (MEULEMANS *apud* GUERRERO, 2009, p.35).

Desde 1959, a ACRL vem desenvolvendo padrões e guias para Bibliotecas acadêmicas nos Estados Unidos e especialmente para a competência informacional e os padrões da ALA quanto à inclusão da competência informacional nos currículos do ensino superior, usados em diversos programas de DSI a nível mundial desde 2000. Os padrões são baseados na questão educacional e na avaliação de aprendizagem onde Lau (2008, p.52) compreende que a avaliação na perspectiva da competência informacional exerce as mesmas funções da avaliação educacional e devem ser utilizadas e adaptadas para a área do conhecimento que necessita de avaliação.

Na visão de Arenas (*apud* LAU, 2008, p. 49) o objetivo da avaliação no âmbito da competência informacional é “[...] proporcionar o maior número de informação para a melhoria do processo, reajustando seus objetivos, revisando criticamente projetos e programas, métodos e recursos, facilitando a máxima ajuda e orientação aos alunos”. Podendo estes os alunos ser relacionados aos sujeitos a serem avaliados no contexto em que a competência informacional estiver direcionada.

A função da avaliação é fundamentalmente para apontar, acompanhar e possibilitar os aspectos a serem trabalhados, adaptados e melhorados no que tange o desenvolvimento das competências em programas de desenvolvimento de competência informacional e segundo Lau (2008, p.52) a avaliação pode ser: prescritiva ou diagnóstica quando avalia as habilidades iniciais; formativa quando realizada durante o programa de desenvolvimento da competência informacional permitindo ajuste de métodos acompanhamento da aprendizagem e somativa quando realizada no final do programa de desenvolvimento de habilidades informacionais.

O DHI busca estabelecer diretrizes que garantam o processo de busca e apreensão da informação voltada para a competência informacional em seu uso no que tange a informação relevante e a capacidade de transforma-la em conhecimento, ou seja, o foco no uso da informação além de habilidades bibliográficas e no desenvolvimento de competências em informação para formação de aprendizes efetivos. (LAU, 2008, p.8).

Dentre as diversas diretrizes já desenvolvidas em âmbito internacional, destacamos as diretrizes sobre o desenvolvimento de habilidades em informação elaboradas a pela Seção de Habilidades em Informação – InfoLit, denominada: Desenvolvimento de Habilidades em Informação – DHI/IFLA. Estas diretrizes foram direcionadas para a

comunidade internacional de Bibliotecas da IFLA desenvolvidas na experiência internacional com base nos parâmetros de várias associações bibliotecárias, como: AASL, ACRL, Society of College National and University Libraries – SCONUL, e o Instituto Neozelandês para o Desenvolvimento de Habilidades em Informação e podem ser adotados e adaptados às necessidades organizacionais a qual seja estabelecido como padrão de avaliação consistindo em fato importante para a seleção de modelo. (LAU 2008, p.16)

As estruturas dos padrões da IFLA estão agrupadas sob três componentes básicos de DHI: acesso, avaliação e uso da informação, assim estruturados (LAU, 2008, p.16):

ACESSO – o usuário acessa a informação de forma eficaz e eficiente:

- Definição e articulação da necessidade de informação: o usuário define ou reconhece a necessidade de informação; decide fazer algo para encontrar a informação; expressa e define a necessidade de informação e inicia o processo de busca.
- Localização da informação: o usuário identifica, avalia as fontes potenciais de informação; desenvolve estratégias de busca; acessa fontes de informação selecionadas; seleciona e recupera a informação.

AValiação – O usuário avalia a informação de maneira crítica e competente:

- Avaliação da informação: o usuário analisa, examina extrai a informação; generaliza e interpreta a informação; seleciona e sintetiza a informação; avalia a exatidão e relevância da informação recuperada.
- Organização da informação: o usuário ordena e categoriza a informação; reúne e organiza a informação recuperada e determina qual a melhor e de maior utilidade.

USO – O usuário aplica/usa a informação de maneira precisa e criativa:

- Uso da Informação: o usuário busca novas formas de comunicar, apresentar e usar a informação; aplica a informação recuperada; apreende ou internaliza a informação como conhecimento pessoal;
- Comunicação e uso ético da informação: o usuário compreende o uso ético da informação; respeita o uso legal da informação; comunica o produto da informação

com reconhecimento da propriedade intelectual e usa os padrões para o reconhecimento da informação.

A avaliação da Competência Informacional visa melhorar a qualidade do processo de pesquisa da informação e promover as adaptações necessárias para o uso efetivo da informação para o desenvolvimento de habilidades em informação determinam “os efeitos e transformações que os programas de competência informacional proporcionam para a instituição, para os membros da instituição e, principalmente para os estudantes”. (MATA, 2009, p. 50).

Com ênfase em informação especializada e direcionada a atividade de pesquisa na área jurídica, as avaliações possuem diretrizes que buscam desenvolver em nível de instituição os parâmetros a serem adotados para implementar a competência informacional no âmbito da informação com valor agregado.

Através dos parâmetros da DHI/IFLA acima descritos podem-se avaliar as habilidades informacionais no universo informacional jurídico em face dos seus componentes inclusos no acesso, avaliação e uso da informação contemplar a expectativa do desenvolvimento de pesquisa crítica e reflexiva para tomada de decisão e solução das demandas com capacidade de agregar valor ao processo e produzir conhecimento.

3 INFORMAÇÃO JURÍDICA

A sociedade da informação é caracterizada pela evolução tecnológica e o crescimento exponencial da informação que é utilizada como fonte geradora do conhecimento. Adquirir um caráter de mercadoria e produto em forma de poder e de competitividade para o sucesso no campo profissional e pessoal.

Le Coadic (2004, p.4) aponta que a informação comporta um elemento de sentido e objetiva a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento. Neste processo está inserido a busca e o uso da informação como ferramenta para o conhecimento, enquanto os documentos são os objetos portadores de informação e a fonte seria o local onde estão disponibilizados para pesquisa.

A informação possui o poder de transformar as relações sociais, culturais e econômicas de uma sociedade através do conhecimento produzido, contudo, a grande quantidade de informação produzida necessita ser utilizada de maneira que sirva como suporte intelectual e favoreça a prática da cidadania. Por isso, Oliveira (2005, p.18) destaca que “[...] a informação é um objeto complexo, flexível, mutável, de difícil apreensão, sendo que sua importância e relevância estão ligadas ao seu uso”.

O Poder da informação na sociedade atual é fator decisivo em qualquer que seja a área do conhecimento e através da informação o conhecimento é adquirido, interiorizado e promove a sobrevivência e o sucesso do indivíduo com as exigências da sociedade da informação.

O capítulo 3 aborda a informação jurídica e os desafios do século XXI incluído as fontes do Direito abordando a sua tipologia e descrição e as fontes digitais da informação jurídica.

3.1 INFORMAÇÃO JURÍDICA NO SÉCULO XXI

A informação jurídica é caracterizada por um grande número de documentos diversificados e constantemente atualizados inseridos em um universo especializado de tipos documentais produzidos pelas fontes do Direito e disponibilizadas nas fontes de informação jurídica. Deste modo, “entende-se por fonte jurídica o local onde o Bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento do seu trabalho [...]”. (BARROS, 2004, p. 209).

A informação jurídica visa atender as demandas dos profissionais do Direito estando inserida em uma área de conhecimento que tende a produzir grande quantidade de informação que são utilizadas como subsídios para a tomada de decisão, agregando valor e validando o ato jurídico.

Para estes profissionais, a informação jurídica é a base que sedimenta as suas atividades de estudo e de trabalho sendo considerada a matéria prima essencial para as suas decisões. Oliveira (2006 *apud* PASSOS; BARROS, 2009, p. 93) considera que “[...] sob a ótica do seu gerenciamento, tem a responsabilidade de nortear as decisões dos magistrados e demais serventuários, nos processos e atividades jurisdicionais [...]”, o que caracteriza a importância da informação jurídica nas decisões processuais e peculiaridades inerentes a informação especializada.

Miranda (2004, p. 138) destaca que o volume de informação jurídica gerada e demandada cresce rapidamente e sofre constante atualização em função das mudanças na legislação vigente, o que alerta para uma sistematização dos dados de maneira que os operadores do Direito possam ter o acesso rápido e preciso da informação a ser demandada para que atinjam os objetivos no campo jurídico.

O acesso à informação e as suas fontes com precisão é um desafio constante para o pesquisador principalmente com o advento da internet que oferece em seu suporte eletrônico uma gama de informações produzidas e disponibilizadas em fontes diversificadas e se faz necessário que se utilize uma boa ferramenta de busca para a localização atrelada à identificação e seleção das informações verazes, atualizadas e confiáveis para o uso estratégico.

Neste sentido, Barros (2004, p. 205) aborda a problemática da avalanche de documentos jurídicos que o profissional de Direito tem de se inteirar diariamente na prática das suas atividades e com absoluta segurança e sem falhas a respeito de todos os elementos indispensáveis para o estudo dos problemas que deva solucionar geralmente relacionado aos curtos prazos judiciais estipulados pelos tribunais.

Ainda sob este aspecto, Silva (2010, p. 60) alerta que ocorre uma grande produção de informação nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais produzem e geram um acúmulo de informação muito grande o que se evidencia a importância do profissional da informação no gerenciamento da informação no que tange a pesquisa e a recuperação da informação para os usuários jurídicos.

Em virtude destas peculiaridades, tanto o operador do Direito quanto o profissional da mediação da informação devem estar atentos para estes fatores, ressaltando-se que o usuário do Direito possui necessidade informacional definida e focada na rapidez e precisão no processo de busca da informação em virtude do cumprimento de prazos de suas demandas.

Nas fontes do Direito são estabelecidas as normas jurídicas e nelas estão inseridas as documentações jurídicas que pode ser dividida em três formas: a forma normativa que é a legislação, forma analítica que é a doutrina (artigos, anais de congressos, livros) e a jurisprudência que é a interpretativa (decisões dos tribunais, súmulas, enunciados).

Barros (2004, p. 209) entende que fonte de informação jurídica é o local onde o Bibliotecário ou o pesquisador encontra a informação útil ao desenvolvimento do seu trabalho e estas fontes podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referencia, serviços e sistemas de informações, bases de dados, etc.

Face à complexidade e volume de documentos emanados pelos órgãos responsáveis e pelos Tribunais, a informação jurídica se torna complexa e diferenciada, Martinho (2006 *apud* PASSOS; BARROS, 2009 p. 95), descreve as características da informação jurídica que a distinguem dos demais tipos de informação:

- Grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do Direito, constante produção de doutrina);
- Grande diversidade de fontes de informação;
- Proliferação de suportes de informação (base de dados, CD-ROMS, WWW);
- Interação com outras áreas do conhecimento;
- Público-alvo exigente e diversificado;
- Necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte;
- Necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

As fontes de informação jurídicas disponibilizam a informação e são utilizadas pelos pesquisadores do Direito conforme o tipo, veracidade e a importância para a sua tomada

de decisão, sendo necessário que estes desenvolvam a competência no processo da busca e apreensão da informação a partir da sua necessidade informacional.

3.2 FONTES DO DIREITO

São os meios de expressão do Direito onde são definidas regras que editadas e publicadas se transformam em informações na forma de documentação jurídica. Nas fontes do Direito estão inseridas as suas diversas manifestações que constituem “[...] a ordem jurídica de uma sociedade e formam o alicerce da Ciência do Direito”. (BARROS, 2004, p. 202).

Ainda segundo o autor (2004, p.202) as fontes do Direito “prendem-se ao aspecto de sua validade, enquanto que tecnicamente, as fontes são as instâncias autorizadas para julgar a conduta de uma sociedade”.

As fontes do Direito geram as manifestações que os profissionais necessitam para subsidiar as suas ações judiciais porque ordenam juridicamente uma sociedade, entre muitas e diferentes formas e comportam as informações jurídicas publicadas e validadas.

A informação gerada pelas fontes do Direito pode ser registrada e recuperada sob as forma de legislação, doutrina e jurisprudência sendo classificadas como as fontes formais porque através delas o Direito se manifesta em um ordenamento jurídico e são utilizadas para regulamentar e subsidiar as etapas processuais dos profissionais da área jurídica.

As informações jurídicas estão baseadas no ordenamento jurídico e fornecem o embasamento legal para validar os atos jurídicos e/ou administrativos e por onde se manifesta o Direito.

De uma forma ampla, entende-se como fonte de informação jurídica a legislação, a jurisprudência, a doutrina, e todos os documentos relativos a atos normativos ou administrativos, que caracterizam os tipos de fontes distintas do conhecimento jurídico. (SANTIAGO, 2012, p. 144).

Neste sentido, as fontes de informação jurídicas contem às informações que são produzidas a partir das fontes do Direito em diferentes formas e suportes de registro da informação sendo a informação digital a fonte de pesquisa mais acessada pelos operadores do Direito em virtude da sua rápida transmissão, facilidade em localização e acesso.

Rezende, (2004, p. 174) questiona sobre a grande quantidade de informações na Internet e alerta sobre a qualidade da recuperação da informação e sua revocação porque “[...] requer tratamento e uso diferenciado”.

Ainda neste sentido, ao buscar a informação deve-se fazer uma avaliação criteriosa da confiabilidade da fonte e da credibilidade do registro, visto que, serão utilizadas para a tomada de decisão nas demandas judiciais destes profissionais.

3.2.1 Fontes legislativas

Fonte principal do Direito que possui caráter normativo onde regula as regras e os costumes de uma nação de maneira clara e com função de exercer o poder de democratização da informação e do Direito a cidadania porque é validada somente a partir da sua publicação em Diário Oficial da União (DOU), sendo disponibilizada para toda a população no site da Presidência da república e outros sites governamentais.

Constituem os documentos gerados pelo processo legislativo que compreende o conjunto de atos que visa à formação de emendas á Constituição, leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. (SILVA, 2004, p. 73).

As informações contidas nessa tipologia de fonte possui papel primordial para a tomada de decisão sendo fundamental para o pesquisador do Direito identificar e entender os trâmites das normas legislativas estando atento para alterações validade, vigência ou revogação e novas publicações.

As leis normalizam os atos jurídicos, Andreta (2004, p. 91) concorda que na estrutura jurídica brasileira elas se apresentam em uma hierarquia que começa pela Constituição que é o texto fundamental que dispõe sobre a organização política, institui os poderes públicos, regula as suas funções e delineia os Direitos e deveres essenciais aos cidadãos.

Para Venosa (2010, p. 92) a importância da lei no cenário jurídico consiste quando norteia o ato jurídico e a define como uma regra geral do Direito, abstrata e permanente, dotada de sanção, expressa pela vontade de uma autoridade competente, de cunho obrigatório e de forma escrita.

Em face ao suporte eletrônico dos documentos, a questão da lei apresentar forma escrita não a remete ao suporte físico, a forma escrita serve para validar embora que o vínculo jurídico não está condicionado ao suporte físico podendo está disponível em outros meios. Neste sentido, Nascimento e Guimarães (2004, p. 47) enfocam que o documento é definido por jurídico em função do seu conteúdo e não pelo seu suporte.

Segundo Andreta (2004, p.93) “é a lei institui a ordem jurídica em que se funda a regulamentação, relações do homem na sociedade, no tocante a seus Direito e a seus deveres”.

As leis direcionam os indivíduos para que exerçam a prática da cidadania e na documentação jurídica estão às bases da democratização de uma nação disponibilizada para o acesso em diversos meios e suportes.

3.2.2 Fontes jurisprudenciais

Considerada como fonte mais extensa, fornece embasamento para subsidiar a sustentação e defesa com base no conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais.

A Jurisprudência fornece sustentação para defesa de teses jurídicas e deve-se ter maior atenção em seu uso e apreensão devido a sua característica interpretativa porque uma vez que em sua interpretação ali contida produz margens para diferentes entendimentos.

Neste sentido, Silva (2010, p. 97) argumenta que:

A jurisprudência, que se forma pelo conjunto de varias decisões de um tribunal, não gera sempre decisões igualitárias; pelo contrário há divergências, até mesmo dentro da mesma câmara.

Santiago (2012, p.141) aborda que na composição de novos casos judiciais, a jurisprudência fornece argumentos sólidos de sustentação à tese defendida no processo. E neste âmbito de tomada de decisão, as informações contidas na jurisprudência devem ser compreendidas pelo operador do Direito, visto que, o seu conteúdo interpretativo pode confundir ou complicar a precisão da pesquisa e o processo de recuperação da informação jurídica.

Silva (2010, p. 99) complementa que “É necessário entender se a solução dada pelo tribunal será aplicável ao caso que o operador do Direito quer defender, tendo em vista que determinada decisão poderá ser desfavorável, por rejeitar a tese que ele busca sustentar.”.

A jurisprudência é uma fonte formal do Direito que tem a importância de interpretar o texto legal que complementa as lacunas existentes nas leis, gerando três espécies documentais: decisão judicial, acórdãos e súmulas reconhecidas pelos profissionais do Direito como documento jurídico utilizados para embasar os seus pareceres e pesquisas.

A tipologia documental produzida pela jurisprudência pode ser descrita de uma maneira resumida conforme Santiago (2012, p. 142):

- Acórdão: peça escrita como resultado de julgamento de um colegiado (grupos de juízes ou ministros);

- Decisão monocromática: decisão final de um processo tomada por um juiz ou por um ministro;
- Sentença: decisão proferida por um juiz em um processo;
- Súmula: resumo da orientação jurisprudencial de um tribunal para casos análogos;
- Súmula vinculante: súmula aprovada pelo STF, de ofício ou por provocação mediante decisão por dois terços de seus membros, depois de retiradas decisões sobre matéria constitucional.

As jurisprudências são importante fonte de pesquisa para a área jurídica estando disponibilizadas em forma impressa ou digital e compõe diversos repertórios publicados pelos tribunais em suas bases de dados, em revistas de tribunais e sites de internet. São as fontes especializadas de informação jurídica que de maneira expressiva subsidiam as peças processuais.

3.2.3 Fontes doutrinárias

A Doutrina é o fruto do estudo dos docentes de Direito, juristas, pesquisadores e dos operadores jurídicos em geral. A doutrina consiste nos trabalhos intelectuais que “opina, orienta, critica, interpreta, mostra caminhos aos magistrados” (VENOSA, 2010, p. 131).

São as doutrinas que sugerem modificações e instrui formando a base dos conhecimentos jurídicos dos operadores do Direito influenciando na elaboração das regras do Direito.

Auxilia o operador do Direito em sua fundamentação teórica representando o aspecto científico do Direito e da informação jurídica, representada por livros, artigos de periódicos, teses, pareceres, tratados, manuais, monografias, ensaios etc. Por meio dela “[...] os especialistas teorizam o conhecimento jurídico e propõem conceitos e definições peculiares à área”. (SILVA, 2010, p. 92).

A doutrina forma a base dos conhecimentos jurídicos de nossos profissionais, pois é ela que instrui nas escolas de Direito. Caracteriza-se, segundo Passos e Barros (2004, p. 94)

Em uma unidade de informação jurídica os livros clássicos, códigos e artigos periódicos são essenciais para compor o acervo, são fontes sempre utilizadas pelos profissionais da área, sendo necessário que o profissional da unidade de informação possua domínio e compreensão da terminologia e das variáveis da documentação jurídica, além do significado das decisões proferidas pelos juízes e a terminologia da área para fins de tratamento da informação que possui variações e conceitos diferenciados.

Segundo Santiago (2012, p. 140) a doutrina é fonte de informação analítica com aspecto científico do Direito auxiliando a fundamentação teórica do trabalho dos operadores do Direito enquanto fonte de discussão técnica sobre questões legais.

De acordo com Silva (2010, p. 92) a tipologia documental de maior destaque nas fontes doutrinárias é o parecer jurídico porque por ele se realiza consulta com especialista de uma determinada área e indica solução para a questão apontada.

A doutrina é uma fonte do Direito que subsidia o estudo dos operadores do Direito e, portanto meio de importante atualização.

3.3 FONTES VIRTUAIS DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

A documentação jurídica é constituída por grande produção e complexidade de documentos que devido a sua especificidade e variedade tornam o universo informacional jurídico complexo.

Com o aumento exponencial da produção documental jurídica se faz necessário localizar os documentos que as são bases essenciais para que os profissionais da área realizem as suas demandas e sendo a informação contida nestes documentos principio e embasamento para a tomada de decisão. Neste sentido, “o objetivo da documentação jurídica é reunir e organizar a informação jurídica, de tal forma que permita coloca-la ao alcance do usuário, no momento certo, tendo em vista os recursos disponíveis para isso.” (BARROS, 2004, p.205).

Toda a informação jurídica é disponibilizada para acesso nas fontes de informação jurídicas que é o local onde a informação produzida é disponibilizada para o seu acesso, conforme BARROS (2007, p. 18) afirma:

Na área do Direito, pode-se afirmar que fonte de informação jurídica é o local onde o Bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável que é para o bom desempenho de suas atividades cotidianas. São referências imprescindíveis à feitura de qualquer trabalho de investigação acadêmica, profissional ou científica.

As informações jurídicas estão disponibilizadas em fontes específicas da área por onde são disseminadas e usadas como subsídios e embasamento para as decisões judiciais podendo ser: catálogos impressos ou digitais de livros, publicações científicas, legislação, jurisprudência, bibliografias, coletâneas, bases de dados, órgãos governamentais, instituições particulares, sistemas de informações, base de dados, sites institucionais entre outros.

Com o advento da evolução tecnológica surgiram novos ambientes e diversos suportes para o registro da informação sendo a internet a grande revolução no que tange o acesso à informação em tempo hábil e de maneira eficaz nos ambientes digitais de armazenamento e publicação se aliando a melhoria dos processos e avanços da organização e recuperação da informação.

Ainda neste sentido, Rezende (2004, p. 174) alerta para a qualidade da pesquisa na internet dificultada pela grande quantidade de informação, sua vaga recuperação e revocação onde seu uso muitas vezes é moroso e difícil de pesquisa.

Corroborando com a autora, Passos e Barros (2009, p. 104-105) apontam como principais dificuldades de pesquisa jurídica no meio digital: localizar todas as normas ou

legislação de um determinado assunto; falha na indexação em determinadas bases de dados; revogação implícita e a identificação de revogações que alguma legislação tenha sofrido e suas inter-relações com outras normas.

Para D'Andréa (2006, p. 39), a análise criteriosa sobre o universo da web especialmente na análise dos sites constitui uma forma de avaliação eficiente da informação na internet e alerta que mesmo sendo esta avaliação uma ação subjetiva, acredita ser relevante o desenvolvimento de reflexões devido ao ambiente pluralizado e diverso da internet.

As fontes de informação jurídicas disponibilizadas no ambiente digital são fontes que oferecem imensa diversidade documental e possibilita um rápido acesso aos profissionais do Direito para atenderem as suas demandas sendo de importância essencial que estes profissionais avaliem estas fontes observando critérios de confiabilidade e qualidade dos sites disponibilizando-as nas seguintes categorias: em base de dados inseridos na internet e sites jurídicos.

3.3.1 Principais Sistemas e base de dados

Os sistemas de informação são os gerenciadores de base de dados de assuntos podendo ser de um único assunto ou assuntos diversos, onde mundialmente existe uma tendência em desenvolver estes sistemas devido ao acesso online o que é conceituado como “um conjunto de base de dados, instalado num mesmo sistema de processamento eletrônico e cujos dados são acessíveis, através de um procedimento comum de recuperação de informações: palavras-chave e lógica booleana” (SOUZA, 1992 apud VASCONCELOS, 2007, p96.).

As bases de dados têm como vantagem o tratamento exaustivo sobre um determinado assunto, qualidade de conteúdo e de apresentação e de apresentação e rápido acesso.

- Bases de dados de informação jurídica

Quadro I – Principais base de dados de legislação jurídica

BASES DE DADOS DE LEGISLAÇÃO FEDERAL DE HIERARQUIA SUPERIOR		
SICON	Disponível em:	http://legis.senado.gov.br/sicon/
	Função:	Referencia a legislação federal de hierarquia superior, sendo à base de dado pioneira com início em 1972.
Legislação Federal do Brasil	Disponível em:	http://www2.planalto.gov.br/
	Função:	Reunir todos os atos de hierarquia superior desde 1808; Recuperar os atos por termos, identificação, período, ementa e/ou assunto; Recupera o texto consolidado do ato.
Sistema de Legislação da câmara de deputados	Disponível em:	http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao
	Função:	Mantido pela câmara dos deputados; Consulta de textos de leis, decretos, decretos, medidas provisórias entre outros por meio de formulários para a pesquisa que abre a seção.

Fonte: Desenvolvida pelo autor a partir de pesquisa em sites de legislação jurídica, 2013

Quadros 2 – Principais base de dados de jurisprudência

BASES DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA		
Supremo Tribunal de Justiça – STJ	Disponível em:	http://www.stj.pt/jurisprudencia/basedados
	Função:	Base de dados de acórdão do STJ onde a pesquisa pode ser livre, avançada, por campo, descritos ou lista de descritores.
Supremo Tribunal Federal – STF	Disponível em:	http://www.jf.jus.br/juris/unificada/
	Função:	Reunir as jurisprudências consolidadas dos diversos tribunais todos os atos de hierarquia superior desde 1808; Recuperar os atos por termos, identificação, período, ementa e/ou assunto; Recupera o texto consolidado do ato.
Conselho da Justiça Federal – CJF	Disponível em:	http://www.jf.jus.br/juris/unificada/
	Função:	Reunir as jurisprudências de vários Tribunais Regionais Federais, Turma Nacional de Uniformização e Turma Recursal.

Fonte: Desenvolvida pelo autor a partir de pesquisa em sites de Jurisprudência, 2013

Quadros 3 – Principais base de dados de Doutrina

BASES DE DADOS DE DOCTRINA		
Biblioteca Digital de Instituições governamentais	Principais	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Digital Jurídica – BDJur-STJ • Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional-RVBI • Biblioteca Digital Senado Federal – BDSF • Biblioteca Digital da AGU • Biblioteca Digital de Teses e Dissertação
	Função:	Repositório de documentos jurídicos em inteiro teor, tais como capítulos de livros e periódicos, teses, dissertações, decisões jurisprudenciais, palestras e discursos. Nossas coleções são atualizadas diariamente.

Fonte: Desenvolvida pelo autor a partir de pesquisa em sites de Jurisprudência, 2013

Quanto às bases de dados, Lopes (1991, *apud* PASSOS; BARROS, 2009, p. 142) classifica-as em duas categorias: base de dados de referencias que contem informações secundárias para guiar o usuário às fontes primárias de informação; e base de dados de fontes primárias que contem dados completos onde geralmente contem dados como estatísticas, dados numéricos, bases de dados de texto integral, diagramas, gráficos e dicionários.

4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NA AGU

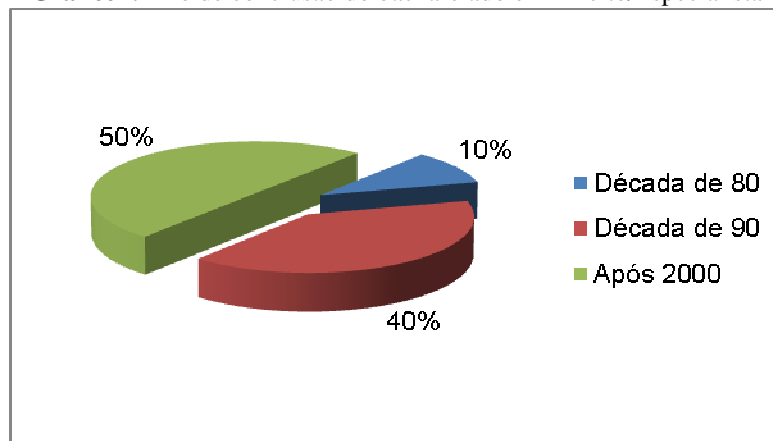
Neste capítulo apresenta-se a análise dos conteúdos respondidos e transcritos da pesquisa que foi direcionada ao estudo de caso no ambiente informacional jurídico da Procuradoria da União no Estado de Sergipe – PU/SE da AGU, descrevendo-se diagnóstico da situação da competência informacional dos Advogados da União lotados nessa Unidade.

Os Advogados da União estão inseridos em um ambiente informacional em que a informação jurídica é fator de relevância nas tomadas de decisão e a atividade da pesquisa essencial para o acesso e uso da documentação jurídica disponível nas mais variadas fontes e suportes.

A identificação dos participantes foi resguardada e todos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A).

Caracterizou-se a formação acadêmica dos participantes com base no ano de conclusão da graduação com o intuito de contextualizar os sujeitos nas mudanças e exigências da sociedade da informação.

Grafico1: Ano de conclusão do bacharelado em Direito/Especialista



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Identificou-se que 40 % dos participantes concluíram o curso na década de noventa e a metade após o ano 2000 período este em que as mudanças da tecnologia da informação e comunicação já se faziam presentes como a internet, com as bases de dados na internet e a informação digital corroborada pelo ano de ingresso dos participantes na AGU que em seu total foi em meados do ano 2000, conforme dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). Ressalta-se que apesar de toda a evolução

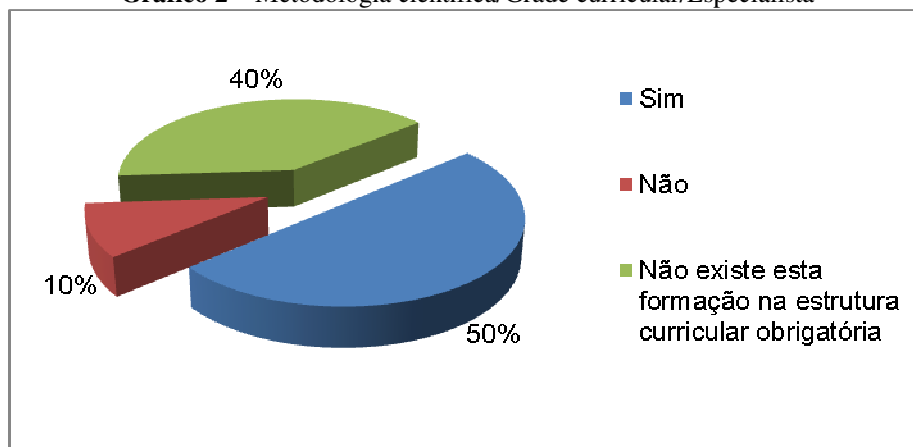
característica da época o site da AGU só foi implantado no ano de 2001 conforme dados do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) quando foi disponibilizado o acesso aos documentos digitalizados na Biblioteca digital do órgão.

Identificou-se ainda um percentual de 10% que concluíram a graduação na década de 80 evidenciando-se que estes Advogados acompanharam o processo de implantação da internet em seu contexto profissional e tiveram um grau de dificuldade maior em relação aos profissionais que já concluíram a sua graduação neste cenário de mudanças.

Nestes percentuais a grande maioria da amostra concluiu o curso já familiarizado com a internet, com as bases de dados na internet e a informação digital corroborada pelo ano de ingresso dos participantes na AGU que em seu total foi em meados do ano 2000. Vale ressaltar que apesar de toda a evolução característica da época o site da AGU só foi implantado no ano de 2001 (anexo I) quando foi disponibilizado o acesso aos documentos digitalizados na Biblioteca digital do órgão.

Outro ponto relevante que se questionou foi se a disciplina de metodologia científica havia sido parte da formação acadêmica dos Advogados da União sendo este questionamento justificado pela importância da metodologia científica para o campo de atuação jurídico no que tange proporcionar maior agilidade em expressar-se na redação de documentos específicos da área através da articulação do conhecimento em função de proporcionar ao profissional capacidade de analisar, interpretar conceitos e contextos relacionados às diversidades da produção de texto e pesquisa em fontes documentais inerentes ao âmbito jurídico.

Gráfico 2 – Metodologia científica/Grade curricular/Especialista



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

A análise do gráfico identificou que apesar de 50% ter tido a disciplina metodologia na sua graduação em Direito, o número dos participantes que não cursaram a metodologia científica foi de 40 % o que caracteriza um percentual alto e sinaliza que estes participantes mesmo tendo concluído o curso no período de acesso fácil a internet certamente apresentaram dificuldades em avaliar a informação de maneira crítica e competente conforme o padrão DHI/IFLA, fator superado a partir de meados da década de 2000, conforme análise das respostas dos questionários, quando 100% dos participantes já haviam feito uma especialização a título de pós-graduação tendo a disciplina obrigatoriamente incluída na grade curricular.

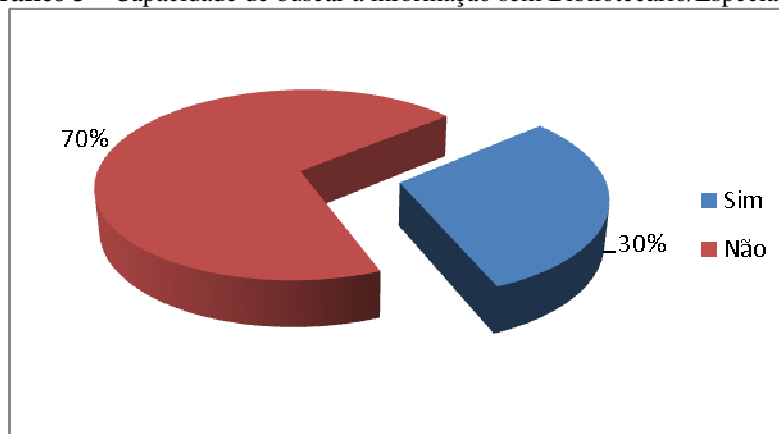
Neste contexto, os resultados obtidos com os questionários caracterizaram pontos relevantes que após investigados foram truncados e relacionados aos resultados dos outros grupos socialmente pesquisáveis e envolvidos no processo que investigou a competência informacional no uso da informação jurídica na PU/SE como medida de diagnóstico e sugestão de intervenção na melhoria das habilidades de acesso, avaliação e uso da informação.

4.1 O FENÔMENO OBSERVADO PELO GRUPO ESPECIALISTA

Para a análise dos fenômenos do grupo especialista foi aplicado questionário conforme o padrão da DHI/IFLA para desenvolvimento de habilidades em informação estruturado sob três componentes: acesso, avaliação e uso da informação.

4.1.1 Critério de acesso à informação padrões DHI/IFLA

Para o acesso a informação, os padrões DHI/IFLA apontam que usuário competente acessa a informação de forma eficaz e eficiente e para esta análise questionou-se na 6ª questão do questionário aos participantes se eles se sentiam capacitados e competentes para buscarem toda a informação que necessitavam nas referidas fontes jurídicas, assim como armazenarem as informações e recuperarem de forma organizada, sem um profissional Bibliotecário. As respostas encontram-se abaixo analisadas no gráfico 3.

Gráfico 3 – Capacidade de buscar a informação sem Bibliotecário/Especialista

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

A análise do gráfico mostrou que 70% dos Advogados não se sentiam capacitados e competentes no processo de busca da informação sem a ajuda de um Bibliotecário, contudo, devido à natureza aberta e subjetiva da questão foi feita uma análise de conteúdo para melhor entendermos os participantes conforme quadro 1.

Tabela 1 – Análise de conteúdo da 6ª questão

6.1. Como profissional, se sente capacitado e competente para buscar toda a informação que necessita [...] sem um profissional Bibliotecário? Justifique	FA	FR
Dificuldade de pesquisa rápida e eficiente	1	9%
Dificuldade no tratamento e recuperação da informação	4	36%
Dificuldade na pesquisa complexa e científica	3	27%
Apoio do Bibliotecário no auxílio pesquisa	2	18%
Pouco tempo para busca do acervo impresso	1	9%
Total	11	100%

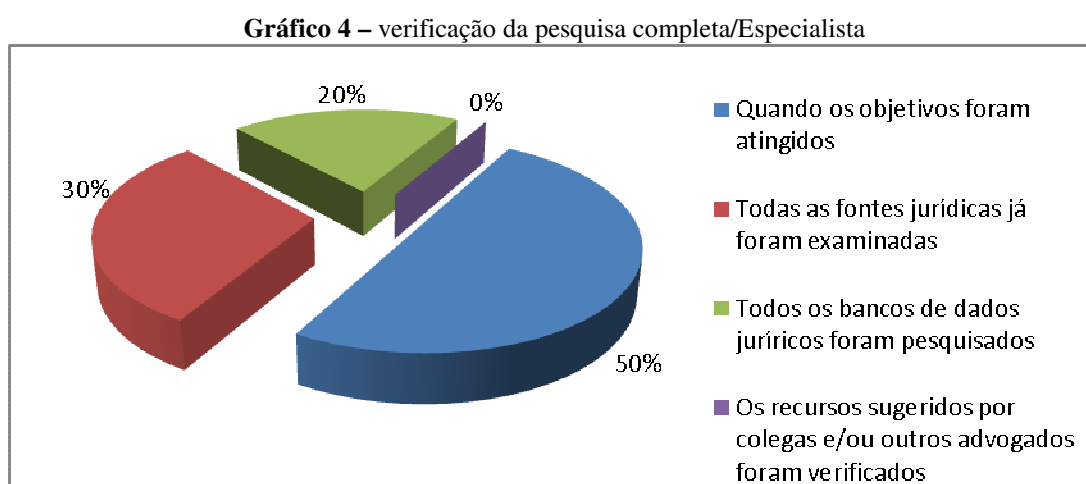
Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Na análise de conteúdo das respostas identificou-se que a maioria de 36% não possuíam dificuldades no processo de busca, contudo, suas dificuldades estariam relacionadas em recuperar e armazenar a informação e 27 % apresentavam dificuldades na pesquisa completa e científica. A pesquisa completa seria a pesquisa avançada com operadores *booleanos* e truncamento o que vem confirmar a importância da disciplina metodologia científica para a vida profissional e para a pesquisa. Evidenciou-se ainda que na justificativa da questão uma queda de percentual de 70% para 18% no que tange a necessidade do

profissional Bibliotecário no auxílio à pesquisa e este resultado se deu em função do percentual ter sido redirecionado entre a dificuldade de armazenamento da informação e na pesquisa complexa e científica que eles não conseguem realizar sem o auxílio de um profissional especializado.

4.1.2 Critérios de Avaliação da Informação padrões DHI/IFLA

No que tange a avaliação da informação, o critério para ser competente é que o usuário avalie a informação de maneira crítica e competente. Neste sentido, a 4ª questão perguntou como o Advogado da União verificava que a pesquisa estava completa.



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Pelos resultados visualizados no gráfico, o percentual de 50% correspondente à alternativa de que a pesquisa estaria completa quando os objetivos fossem atingidos foi um indicativo de que os participantes possuem competência em reconhecer a sua necessidade informacional, fato identificado pela sua qualificação e especialização na área jurídica, contudo deveriam buscar a informação de maneira exaustiva em todas as fontes jurídicas e principalmente os bancos de dados jurídicos porque proporcionalmente somente 20% indicou o esgotamento das fontes como princípio de que a pesquisa estaria completa considerado um índice baixo para o propósito dos padrões da DHI/IFLA que determinam que no padrão de acesso o usuário deve acessar a informação de forma eficaz e eficiente.

Em contrapartida, na 9ª questão foram perguntados em caso de não se conseguir alcançar os objetivos como eles procederiam e os percentuais apontaram os seguintes resultados:

Tabela 2 – Análise de conteúdo da 9ª questão/Especialista

9. Quando não consegue alcançar os objetivos de sua pesquisa, qual é o seu procedimento?	FA	FR
Solicita ajuda de outros Advogados	4	29%
Utiliza a informação que já dispõe	4	29%
Insiste na pesquisa alterando os termos até conseguir os objetivos	4	29%
Insiste na pesquisa alterando as fontes	2	13%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

De acordo com os percentuais analisados na tabela ficou evidente que o Advogado apesar de reconhecer a sua necessidade informacional, quando não consegue alcançar seus objetivos na pesquisa ele busca a informação por meio de outros Advogados ou utiliza para solução do seu problema a informação que já detêm que é uma característica do conhecimento retido e internalizado pela prática da competência informacional, contudo, pelo resultado do questionamento, o menor percentual está na insistência em buscar a informação alterando as fontes.

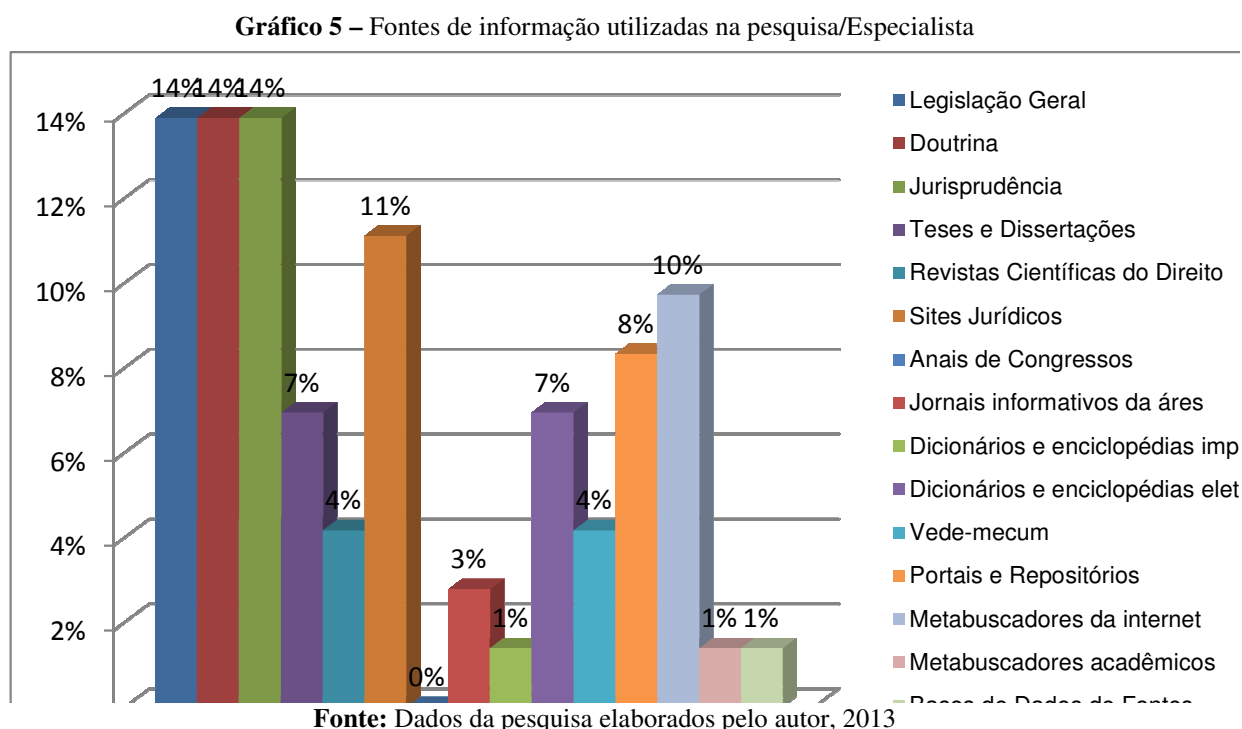
De acordo como o padrão de competência utilizado no acesso e avaliação da informação, para ser competente o indivíduo deve acessar a informação de forma eficaz e eficiente sendo necessário desenvolver estratégias de busca que selecione a informação precisa e útil aos seus objetivos.

Observou-se que 29% dos participantes afirmaram que insistem na pesquisa alterando termos até atingirem seus objetivos enquanto o mesmo percentual busca ajuda nos colegas de trabalho ou no conhecimento que detêm o que caracteriza que se julgam competentes em acesso a informação, contudo, pelo padrão de competência utilizado na pesquisa não há indicadores que incluam a busca da informação pelo artifício da consulta a outro colega de trabalho ou somente pelo conhecimento retido até porque a competência é um processo de autonomia no uso da informação e por toda a vida.

4.1.3 Critérios de acesso na identificação e avaliação das fontes de informação e sua avaliação para análise e extração da informação.

Na 5ª e 7ª questão, a pesquisa buscou analisar o uso das fontes de informação jurídica e os recursos de *interfaces* como fator de competência informacional no que tange o acesso, avaliação e o uso da informação.

Na 5ª questão foram avaliadas as principais fontes de informação utilizadas pelos sujeitos da pesquisa, conforme gráfico.

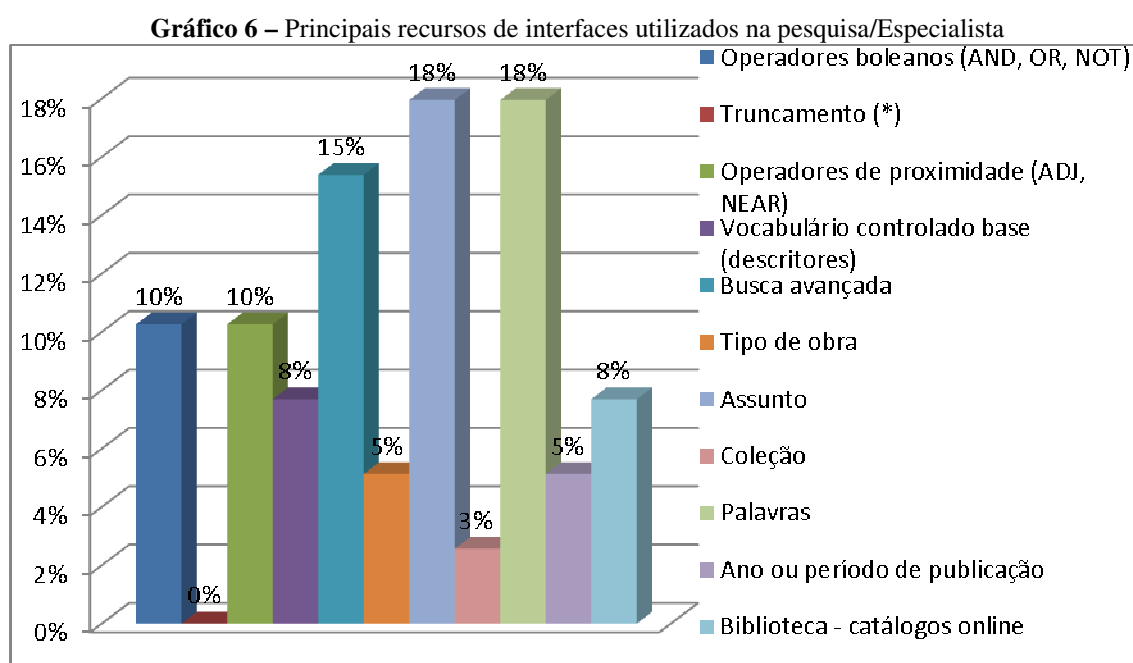


Nas fontes de informação jurídicas estão às informações que irão subsidiar as demandas estabelecidas pelos tribunais e para produzirem as suas peças necessitam buscar a resposta eficaz e rápida da informação independente do suporte em que estejam. O gráfico aponta diversas fontes de informação consultadas junto aos Advogados da União e ao avaliar os maiores percentuais verificou-se que eles utilizam em sua maioria as fontes formais do Direito que são as informações mais relevantes para as suas atividades diárias.

As fontes digitais são as mais consultadas depois das fontes formais, estes percentuais confirmam a facilidade de acesso bem caracterizada no gráfico quando se faz um comparativo do uso da fonte de dicionários e enciclopédias impressos com percentual de 1% enquanto o dicionário e enciclopédias eletrônicos são de 7% pesquisadas. Destacaram-se também os percentuais dos sites jurídicos 11% e os metabuscadores da internet com 10% confirmando a importância das fontes digitais da informação jurídica. Observaram-se alguns

percentuais muito pequenos no uso de base de dados de fontes e anais de congressos, sendo este resultado um dado relevante para a pesquisa porque a produção científica e as inovações conceituais e tecnológicas são abordadas e exploradas inicialmente pelo corpo científico de qualquer área e os profissionais do Direito precisam entender que nenhuma evolução vem separada da pesquisa científica.

Para análise da 7ª questão perguntou-se aos participantes quais os recursos de interfaces utilizados para fazer a pesquisa nos metabuscadores da internet cujos resultados podem ser identificados no gráfico 6.



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Avaliando estes resultados, mais uma vez observou-se que os participantes da pesquisa em maior e igual percentual buscam a informação por meio da parte de indexação por assunto e palavras, são os termos que estes profissionais dominam no processo de busca. A busca avançada deveria estar atrelada aos operadores *booleanos* e de proximidade e nenhum participante marcou o truncamento como opção, o que demonstra pela pesquisa a competência informacional no que tange a identificação da necessidade informacional dos participantes é evidente, contudo, o processo de pesquisa não é eficaz e competente à medida que não fazem uso na mesma proporção dos metabuscadores da internet, caracterizando que falta competência para a pesquisa jurídica utilizando os padrões de precisão e revocação.

A 8ª questão está focada na competência da avaliação da informação de maneira crítica e competente. Nesta questão se indaga quando a pesquisa em metabuscadores da

internet recupera um grande número de artigos e outras fontes, como executa a seleção dos mais relevantes.

Tabela 3– Análise de conteúdo da 8ª questão/Especialista

8. Quando a pesquisa em metabuscadores da internet recupera um grande número de artigos e outras fontes, como executa a seleção dos mais relevantes?	FA	FR
Análise individual e resumo	3	21%
Delimita a pesquisa por descritores e operadores booleanos	5	36%
Assunto	4	29%
Base de dados	1	7%
Data de publicação	1	7%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Nesta questão de nº 8, verificou-se o domínio que os dominam com facilidade os termos de pesquisa, sabem delimitar e pesquisar no sentido de identificação da informação e avaliam e fazem uso com competência atingindo com maestria o padrão de uso da informação da DHI/IFLA que afirma que o usuário competente sabe aplicar e usar a informação quando selecionada de maneira precisa e criativa.

Ainda nessa questão mais uma vez a base de dados está com baixo percentual e sinaliza que o Advogado ainda não reconhece a importância da fonte da qual a informação provém, a data da publicação acusa a questão de atualização de uma informação e está tendo pouca relevância na pesquisa jurídica dos participantes.

4.2 O FENOMENO OBSERVADO PELO GRUPO TESTEMUNHA

Para o grupo testemunha aplicou-se questionário enviado por E-mail institucional em virtude dos Bibliotecários estarem lotadas em diferentes Procuradorias localizadas nos estados da Bahia, Ceará, Brasília e Rio Grande do Sul.

Como abordado anteriormente, as unidades de informação jurídicas na AGU funcionam sem profissionais capacitados, visto que não existe plano de carreira naquele órgão e o quantitativo de Bibliotecários que estão atuando soma cinco profissionais que vieram cedidos e posteriormente foram redistribuídos pela Lei 10480.

Na sede da AGU em Brasília existe uma Biblioteca Especializada, central e digital, onde se compõe a RVBI, enquanto as demais Bibliotecas funcionam nas Procuradorias dos estados e em sua maioria sem um profissional qualificado no saber científico para as demandas informacionais.

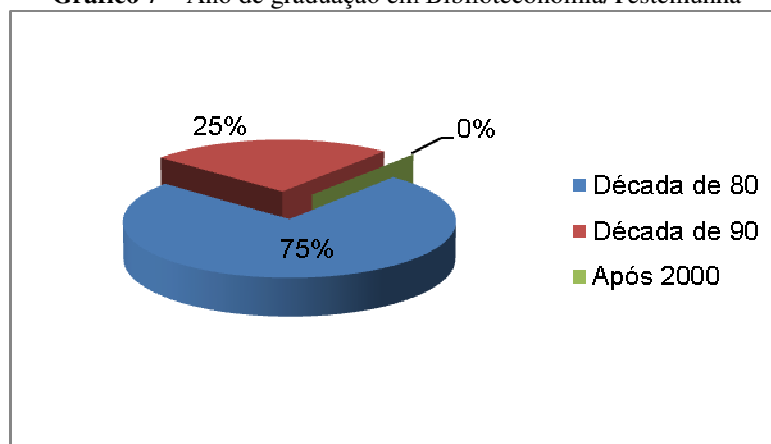
Com relação ao tratamento da informação as Bibliotecas da AGU não operam em rede e não possuem software específico para Bibliotecas, cada unidade procura desenvolver junto aos profissionais da tecnologia da informação algum programa em que possam organizar o acervo.

4.2.1 Caracterização dos Bibliotecários da AGU

O questionário elaborado para o grupo testemunha não visou avaliar a competência profissional destes Bibliotecários. Contextualizou-se e envolveu na avaliação da competência informacional os Bibliotecários da AGU. A partir das respostas aos questionamentos visualizou-se a participação, atuação e até mesmo a angústia destes profissionais no processo de desenvolvimento de competência informacional jurídica.

Para caracterização dos Bibliotecários identificou-se o ano da sua graduação e posterior especialização na área.

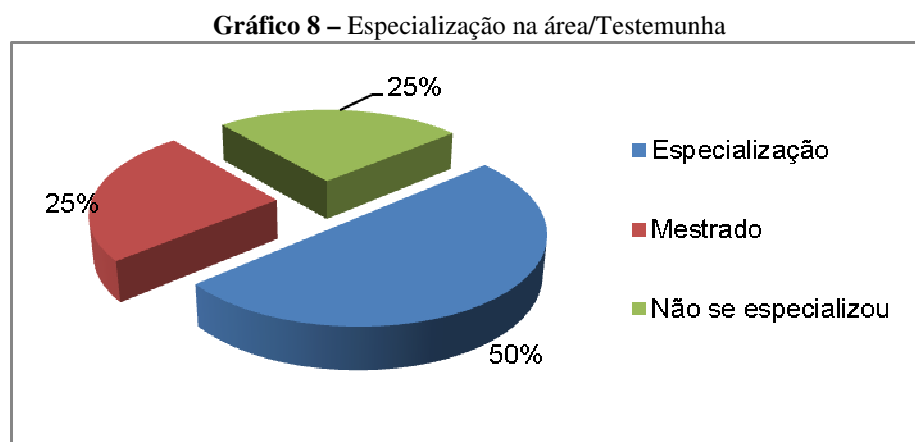
Gráfico 7 – Ano de graduação em Biblioteconomia/Testemunha



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Os dados observados no gráfico 7 revelaram que a maioria dos Bibliotecários lotados na AGU concluiu a graduação na década de 80, caracterizando que necessitam de especialização para atuar com as novas demandas da área devido ao avanço das TIC.

Preenchendo esta lacuna questionou-se aos Bibliotecários sobre a necessidade e possível educação continuada, conforme o gráfico 8.



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Observou-se que 50% dos participantes fizeram especialização na área e 25 % cursou um mestrado e o mesmo percentual não buscou educação continuada. Esta informação nos faz supor, mediante as dificuldades da pesquisa jurídica, que os profissionais Bibliotecários se sentem desmotivados ou não têm oportunidades para a educação continuada. Se a AGU valorizasse as unidades de informação jurídica da sua estrutura organizacional, possivelmente os indicativos levariam a um percentual maior de especialização, já que para atender as práticas biblioteconômicas que envolvem uma unidade de informação especializada o profissional deve estar preparado para os novos paradigmas mercadológicos e dominar as práticas biblioteconômicas que evoluem constantemente.

4.2.2 Atuação dos Bibliotecários da AGU na identificação de necessidades informacionais

As questões de nº 3 e 5 foram diretamente relacionadas à identificação das necessidades informacionais e competência informacional dos Advogados da União.

Questionou-se na 3ª questão se os Bibliotecários acreditavam que poderiam desenvolver competências junto aos operadores jurídicos e 100% da amostra afirmou que na sua atuação profissional estariam capacitados. Devido à subjetividade da questão foi feita uma análise de conteúdo conforme tabela 4.

Tabela 4 – Análise de conteúdo 3ª questão /Testemunha

3. Em sua atuação profissional, acredita que poderá desenvolver competências informacionais junto aos operadores jurídicos?	FA	FR
Desenvolvimento de habilidades em pesquisa jurídica em suas diversas fontes, extensiva aos membros e servidores da AGU	2	50%
Serviço de referência	1	25%
Mediação da informação	1	25%
Total	4	100 %

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Na análise de conteúdo da questão evidenciou-se que 50% dos participantes já possuem a essência do movimento informacional agregado em suas atividades, contudo, embutida nas respostas estavam às reivindicações de como incluir nas práticas de desenvolvimento de competência informacional. Os servidores administrativos que ficam alimentando os sistemas de informações gerenciais são excluídos destas práticas, embora estejam desempenhando as suas atividades diretamente relacionadas à informação jurídica.

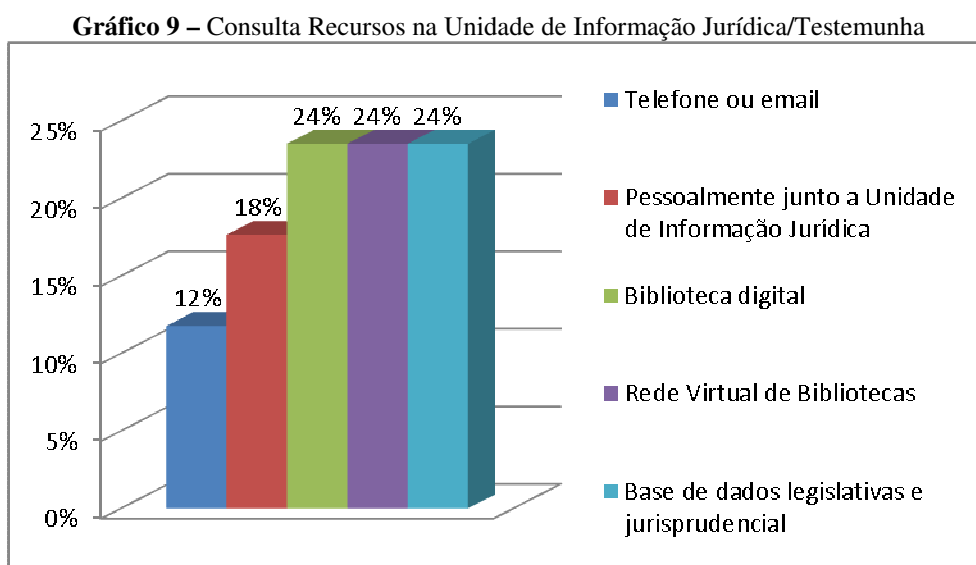
Na avaliação do serviço de referência e de mediação da informação observou-se igual valor de importância no que tange sua relação com a competência informacional. Esta análise comprova o que foi discutido no contexto histórico-conceitual da competência informacional no Brasil (capítulo I desta monografia) quando se abordou que os trabalhos e pesquisas do serviço de referência serviram como antecessor da competência informacional.

A 5ª questão abordou a possibilidade de identificar as necessidades informacionais dos usuários nas consultas direta ou indireta e neste sentido todos os participantes afirmaram que as necessidades informacionais dos usuários jurídicos eram facilmente identificadas.

4.2.3 Atuação dos Bibliotecários da AGU na mediação e serviço de referência

Os questionamentos sobre a mediação da informação e o serviço de referência forma inclusos nas questões 4, 6 e 8.

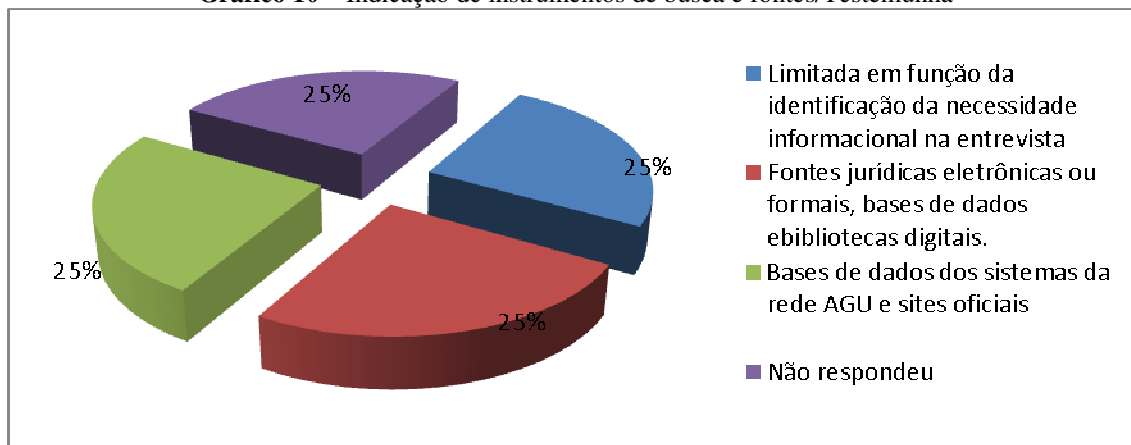
Na 4ª questão perguntou-se como os profissionais da área do Direito procedem à consulta dos recursos informacionais da unidade de informação jurídica. Neste sentido, as respostas geraram os seguintes resultados demonstrados no gráfico 9.



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

O gráfico aponta que as fontes virtuais de pesquisa são as mais utilizadas pelos profissionais do Direito, contudo, este resultado não está atrelado à competência no processo da pesquisa, são as fontes de informação que eles utilizam com maior facilidade e na busca principalmente das informações das fontes formais do Direito que são utilizadas em maior escala no cotidiano destes profissionais. O resultado implicou ainda em mostrar que os percentuais da procura presencial ou por telefone e e-mail, embora menores, não sejam parâmetros que caracterizem a falta de interesse em procurar a Biblioteca para pesquisa, visto que, este resultado deve estar atrelado à questão da pouca disponibilidade de tempo destes profissionais para buscar a informação de maneira presencial e pode ser uma alerta do atual contexto em que as unidades de informação jurídicas do órgão estão inseridas, visto que, não existem Bibliotecários concursados no órgão e poucas unidades desenvolvem corretamente as práticas biblioteconômicas.

Na 6ª questão, os Bibliotecários responderam como identificam as consultas presenciais e à distância adequando os instrumentos de busca e a melhor disponibilidade das fontes. Neste sentido, o gráfico 11 identifica que:

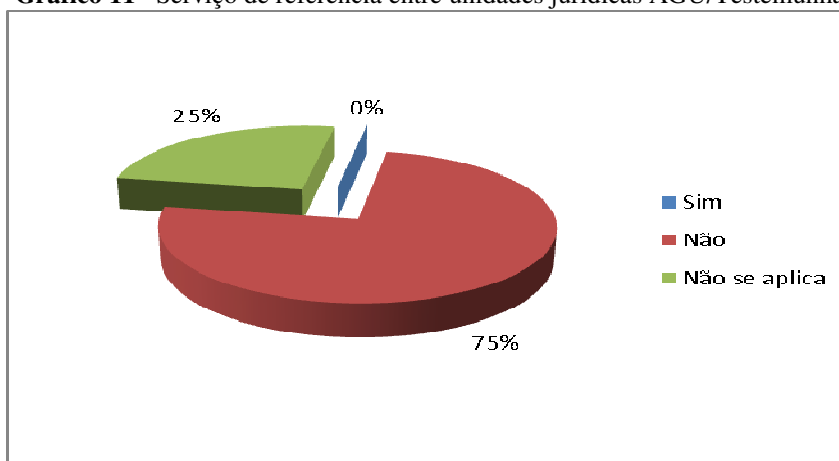
Gráfico 10 – Indicação de instrumentos de busca e fontes/Testemunha

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

A análise do gráfico mostra que 25% dos participantes indicam o esgotamento das fontes de pesquisa jurídica mostrando que já desenvolveram a competência informacional, enquanto outros dois percentuais se dividem entre as bases de dados da AGU e na limitação da identificação da necessidade informacional do usuário. Apesar da questão relevante, houve abstinência na resposta por alguns participantes.

Com base nos percentuais observados, evidenciou-se que o profissional da área especializada precisa estar à frente da necessidade informacional do seu usuário, atrelando a sua competência informacional ao desenvolvimento da competência deles. Diante da preferência pela pesquisa em fontes digitais por parte destes usuários se faz necessário que as competências caminhem juntas somando conhecimento e que o profissional domine as fontes de informação não se limitando em acompanhar somente as necessidades convencionais dos seus usuários.

Neste mesmo sentido, na 8ª questão se pergunta que: em função da Biblioteca da AGU ser um serviço centralizador de informação jurídica, existe alguma metodologia de relacionamento direto ou indireto entre o serviço de referencia e informação e os operadores de outras unidades, algum mecanismo de comunicação à distância no processo de pesquisa e se é bem utilizado pelos operadores de Direito. As respostas nos levam a seguinte análise exposta no gráfico 12.

Gráfico 11– Serviço de referência entre unidades jurídicas AGU/Testemunha

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

O gráfico aponta que não existe uma relação direta entre o serviço de referência das Bibliotecas com os operadores das outras unidades, sendo realizada por meio do e-mail institucional ou por telefone. Infelizmente este resultado é consequência da falta de implantação de um sistema de Bibliotecas interligadas em rede limitando o acesso e a troca de informações.

A pesquisa mostrou nos questionamentos feitos a estes profissionais que não existem critérios científicos no desenvolvimento de coleções onde as unidades recebem uma relação bibliográfica baseada nas necessidades informacionais dos usuários daquela administração geral e sendo adaptadas as unidades regionais.

O questionário finalizou com uma questão sobre sugestões ou dados relevantes destes profissionais e feita à análise de conteúdo constatou-se as seguintes sugestões e reivindicações conforme quadro 5.

Tabela 5– Análise de conteúdo 9ª questão/Grupo testemunha

9. Teria algum dado ou opinião relevante a acrescentar, que não foi contemplada nas questões anteriores?	FA	FR
Desenvolvimento de Software para tratamento da informação e integração em rede pelas Bibliotecas das Procuradorias	2	20%
Inclusão das todas as Bibliotecas na Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI	1	10%
Carência de Pessoal e de material para as práticas biblioteconômicas	1	10%
Bibliotecas da AGU não atendem adequadamente as necessidades dos usuários jurídicos	1	10%
Necessidade urgente da criação do cargo de Bibliotecário na AGU	4	40%
Falta de profissionais qualificados para atuarem na área da Biblioteconomia na AGU, sendo exercido por profissionais afins e não qualificados na área do conhecimento.	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

As opiniões foram gradativamente comentadas nas análises das questões anteriores e analisadas, contudo, vale ressaltar que pelo percentual de 40% referente à criação do cargo de Bibliotecário na AGU se pode ter um indicativo que o profissional bate a porta de um órgão de grande relevância no que tange a defesa da União, a economia de valores nos processos em que atuam e o universo informacional ao qual utiliza em suas demandas.

A falta de um programa de catalogação para padronização no tratamento da informação e integração em rede também alerta para a dificuldade em recuperar as informações. As dificuldades restantes expostas na questão são consequências da política e gestão do órgão com as unidades de informação nele inseridas.

4.3 O FENÔMENO OBSERVADO PELO GRUPO-TESTE

Os estagiários de Direito na PU/SE constituíram o grupo teste da pesquisa desta monografia aos quais foram aplicados questionários enviados pessoalmente e entregues em curto prazo.

O estágio promove ao aluno um contato com o universo profissional proporcionando-lhe oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e vivenciar atividades inerentes ao mercado de trabalho da sua área.

Na AGU, os estagiários de Direito são orientados por um supervisor de estágio e obrigatoriamente Advogado da União porque possui a capacidade de avaliar as atividades desenvolvidas durante o estágio. Como exigência deverão estar cursando 5º semestre e são assegurados seus Direitos e deveres na Advocacia-Geral da União, por meio da Lei do Estágio nº 11.788/2008, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e a sua versão em documento que pode ser encontrado no site da AGU (em arquivo de formato PDF), que pode ser consultado ou disponibilizado a qualquer momento.

O estágio profissional deve propiciar complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os currículos escolares, com interveniência obrigatória da instituição de ensino (lei atual), constituindo-se em um conhecimento prático do papel do futuro profissional, na linha de sua formação e de seu desenvolvimento interpessoal.

Com observância da lei, o estágio profissional na PU/SE direciona as atividades dos estagiários sob três perspectivas principais de conteúdo exclusivamente jurídico: relatórios, pesquisas (jurisprudência, legislação e doutrina) e acompanhamento e atualização

de acórdãos, trabalhos estes que envolvem a redação de notas, memorandos, ofícios e demais documentos oficiais necessários ao andamento dos processos aos quais estejam vinculados.

Durante o período de estágio, os estudantes assessoram nas atividades previstas um Advogado da União e progressivamente vai alternando para novos Advogados e novas demandas e áreas específicas de atuação que estes profissionais desempenham.

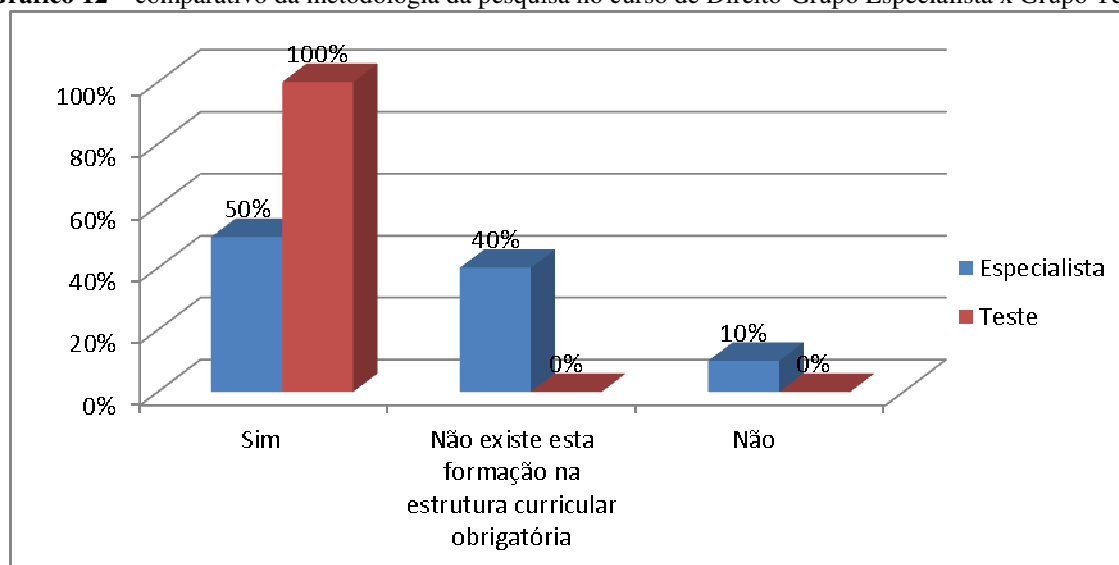
4.3.1 Caracterização dos estagiários da AGU

As questões elaboradas no questionário do grupo teste não buscou identificar a competência informacional destes sujeitos, contudo, visou comparar no contexto atual dos avanços tecnológicos o seu desenvolvimento de habilidades em pesquisa a partir de um comparativo na busca e pesquisa em fontes jurídicas que são comuns entre eles e os Advogados da União resguardando para os Advogados as atividades inerentes somente a eles como profissionais qualificados, já estabelecidos e atuantes.

A amostra dos participantes nos deu um percentual igual entre os períodos em que estão cursando na universidade, sendo 33% para cada período equivalente ao 5º, 7º e 9º respectivamente.

No que tange a questão da importância da metodologia de pesquisa como conteúdo disciplinar do curso superior em Direito, pudemos concluir conforme o gráfico 12.

Gráfico 12 – comparativo da metodologia da pesquisa no curso de Direito-Grupo Especialista x Grupo Teste



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

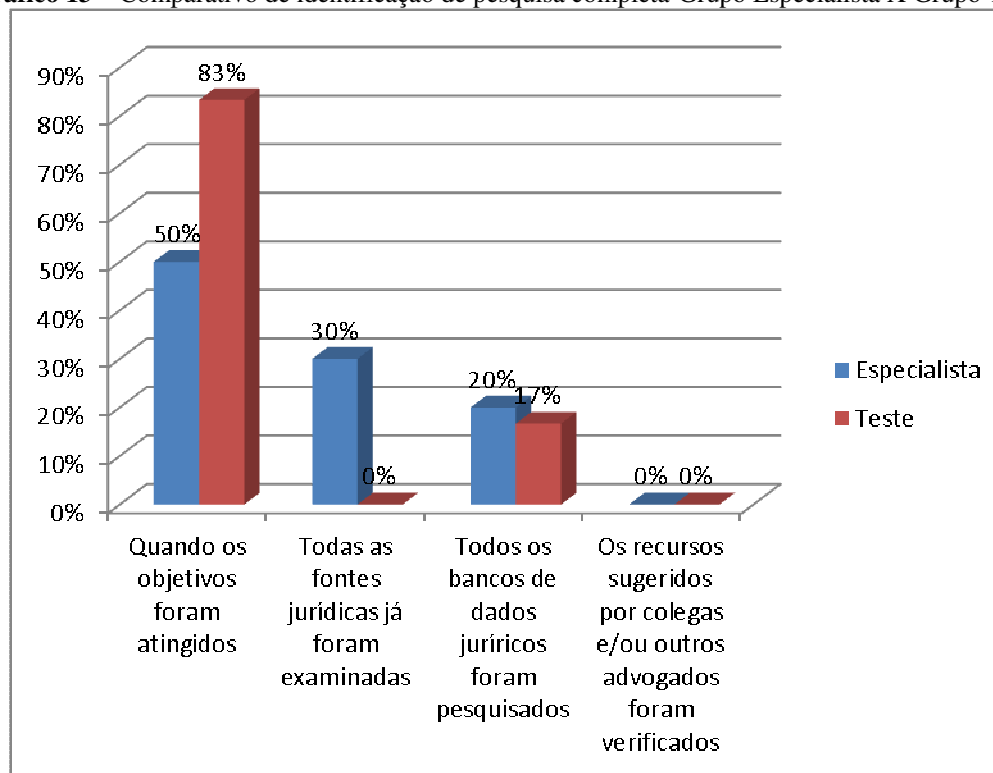
A análise dos dados mostrou que, ao comparar o grupo especialista e teste com a resposta sobre a importância da metodologia da pesquisa como conteúdo disciplinar, diagnosticou-se um percentual afirmativo da sua importância para os estagiários, o que vem corroborar a nova realidade pedagógica no que tange ao desenvolvimento de habilidade em pesquisa ainda na vida acadêmica. Como parâmetro estabelecido em quase todas as universidades e de acordo com o referencial teórico desenvolvido nesta monografia, podemos com certeza associar o resultado ao movimento da competência informacional presente na educação superior.

4.3.2 Comparativo entre a pesquisa no uso das fontes de informação

Para abordar este tema, as questões respondidas pelo grupo teste corresponderam a 4ª e 5ª questão.

Na 4ª questão se perguntou como eles identificam que a pesquisa jurídica está completa e como avaliação comparativa o gráfico 13 nos mostrou os seguintes resultados.

Gráfico 13 – Comparativo de identificação de pesquisa completa-Grupo Especialista X Grupo Teste

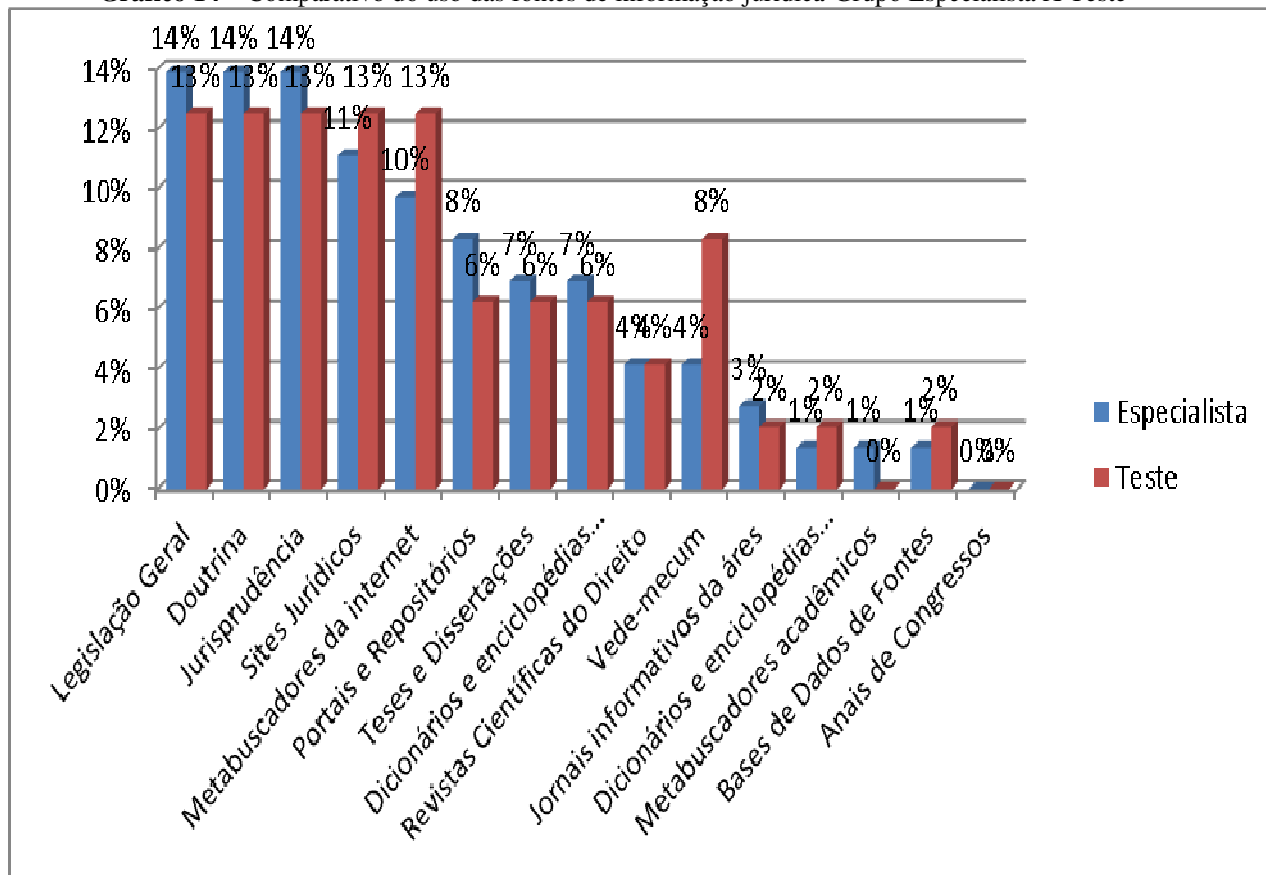


Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

As análises dos dados apontam que o grupo teste insiste na pesquisa e a busca em todos os bancos de dados jurídicos é acentuada ao contrário das fontes jurídicas tradicionais, que predominantemente os especialistas dominam. A diferença na insistência da pesquisa de 33% a mais para os estagiários nos oferece uma margem de justificativa em função do auxílio da pesquisa da informação jurídica ser uma das atribuições do estagiário em sua atuação na PU/SE, que vem auxiliar o Advogado da União nas suas atividades e também por terem uma disponibilidade de tempo maior, talvez eles insistam mais nos objetivos da pesquisa.

Na 5ª questão se analisou as fontes de informação jurídicas mais utilizadas pelos estagiários e, neste parâmetro, podemos fazer a análise comparativa a partir do contido no gráfico nº 14 e da mesma maneira que o grupo especialista foi avaliado.

Gráfico 14 – Comparativo do uso das fontes de informação jurídica-Grupo Especialista X Teste



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

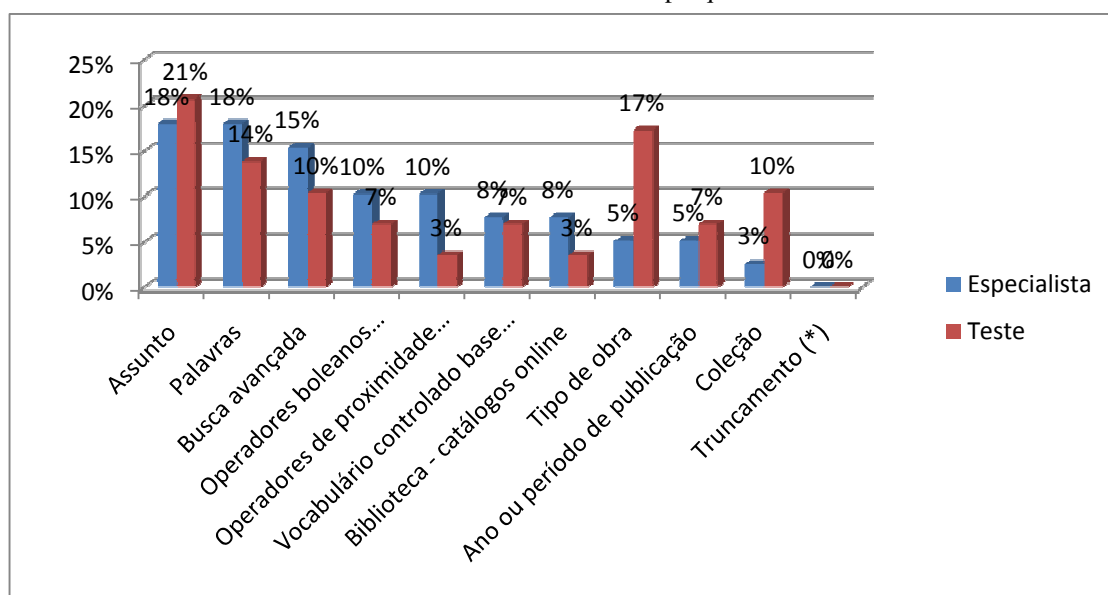
Com relação às fontes de informação jurídica o maior índice da pesquisa em ambos os grupos foram nas fontes formais do Direito e ainda neste sentido se observou que o percentual foi maior para o grupo especialista porque são informações utilizadas pelos Advogados da União nas suas defesas processuais diariamente.

No que tange as fontes digitais de pesquisa não foi observado diferenças percentuais marcantes e devido ao alto índice de procura nestas fontes se confirma que a rapidez e recuperação de acesso à informação nestas fontes tem sido motivo de maior procura pelos profissionais do Direito e mesmo na vida acadêmica os estagiários já possuem habilidades em procurar as legislações, doutrinas e jurisprudência que serão as principais fontes utilizadas em sua vida profissional.

Quanto à pesquisa em fontes de referência os estagiários possuíram um índice maior de procura e o percentual aponta para uma diferencial maior no uso do vade mecum que apresentou uma diferença de 50%, sites jurídicos, metabuscadores da internet e dicionários e enciclopédias caracterizando que os estagiários executam em maior proporção as pesquisas jurídicas.

A 7ª questão pergunta quais os recursos de interfaces utilizam para fazer pesquisa nos metabuscadores da Internet e suas respostas estão representadas no gráfico de nº 15

Gráfico 15 – Recursos de interfaces e pesquisa na internet



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelo autor, 2013

Os percentuais apontam uma diferença nas habilidades de competência informacional em pesquisa superior para o grupo especialista, no que tange a busca pela palavra ou termo, por possuírem conhecimento maior na área e no vocabulário específico, assim como na busca avançada por meio do uso dos operadores booleanos. Contudo, o percentual superior observado no grupo teste com relação ao tipo de obra, coleção, ano ou período de publicação e assunto revela que os estagiários esgotam todas as fontes de

informação para realizarem a pesquisa jurídica, talvez pelas práticas acadêmicas ou por necessidade de assessorarem os Advogados quando no estágio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolver deste trabalho, torna-se necessário destacar a sua importância como indicativo para futuros programas de desenvolvimento de competências junto às instituições jurídicas.

Na pesquisa utilizaram-se questionários elaborados com base nos padrões do DHI/IFLA, cujos indicadores comprovaram as hipóteses, o que possibilitou identificar a competência informacional no órgão objeto do estudo e fundamentar as conclusões.

Com relação à hipótese de que a identificação das competências informacionais dos usuários estaria atrelada às habilidades e competências detidas pelo egresso da formação superior em Direito pode-se **confirmar parcialmente** esta hipótese com os questionamentos de pesquisa.

Na avaliação dos Advogados, a partir dos questionamentos iniciados com relação ao ano de graduação, disciplina metodologia científica e estudos continuados identificou-se que eles desenvolvem competência informacional ainda na vida acadêmica, tanto na prática de estágio quanto na avaliação crítica de leitura e produção acadêmica. Inicialmente ao ingressar na vida profissional, em um ambiente já caracterizado pela internet e pelas fontes de pesquisa digitais, somente 50 % da amostra havia cursado a referida disciplina, e ainda assim a partir da pós-graduação é que os outros 50 % desenvolveram estas habilidades, quando já atuavam com este déficit de competência informacional, motivo que se levou a confirmar parcialmente a primeira hipótese.

Ao analisar os estagiários (grupo teste) da PU/SE, identificamos que eles realizam o estágio profissional após o 4º período do curso, quando ultrapassam a grade curricular voltada para as disciplinas fundamentais do Direito e passam a cursar o Direito processual, mais exigente em relação ao uso da informação para tomada de decisão. O grupo teste em avaliação prescritiva **confirma** a hipótese, já que nas suas atribuições de estágio auxiliam os Advogados na pesquisa jurídica, acessando em sua diversidade as mais variadas fontes, de forma que acabam atuando como mediadores da informação e suprimindo parcialmente a falta do Bibliotecário.

Com relação à hipótese de que a identificação das necessidades informacionais dos usuários da informação jurídica pode corresponder às competências informacionais a serem desenvolvidas para atendê-las, foi **confirmada** a partir da análise das questões de nº 3 e

5 do grupo testemunha, que foram diretamente relacionadas à identificação das necessidades informacionais e competência informacional dos Advogados da União.

Inicialmente, com a hipótese já confirmada que os Advogados já iniciam a vida profissional com certo grau de competência informacional, desenvolvida na vida acadêmica, pode-se afirmar que eles possuem necessidade informacional já definida porque são profissionais especialistas no Direito. Contudo, várias lacunas desta competência informacional foram detectadas durante a pesquisa, principalmente nas questões de busca avançada e exaustiva nas fontes de pesquisa digitais.

Neste sentido, foi questionado na 3ª questão/grupo testemunha, se os Bibliotecários acreditavam que poderiam desenvolver competências informacionais junto aos operadores jurídicos, quando 100% dos depoentes afirmaram que, na sua atuação profissional, estariam capacitados por deterem experiência profissional e especialização na área. Mesmo assim, estes Bibliotecários estariam atuando como expectadores do movimento da formação da competência informacional, sem poder executar um plano-ação próprio. De acordo com as respostas dos conteúdos subjetivos da 3ª questão (Tabela 4/grupo testemunha), 50% vislumbra um programa de desenvolvimento de habilidades em pesquisa jurídica em diversas fontes para sua formação continuada, expandindo a ação para os servidores administrativos associando em igual valor.

Quanto ao serviço de referência e informação, identificou-se que só acontece por meios não presenciais e a mediação da informação se limita em sua grande maioria aos estagiários.

Outra hipótese é que as necessidades informacionais do usuário caracterizado são muito maiores e mais específicas do que os padrões dos usuários comuns, o que também implica na necessidade da presença do profissional Bibliotecário e o desenvolvimento continuado de habilidades e competências especializadas onde foi **confirmada** em sua totalidade.

A hipótese pode ser confirmada em seu princípio pelo tipo de informação utilizada na área jurídica, extremamente especializada assim como suas fontes exclusivas, que fazem parte de um universo informacional complexo, contínuo e de muita motilidade, sendo a informação e sua interpretação o recurso vital para a tomada de decisão e solução das demandas jurídicas. A informação jurídica está inserida em diversas fontes de pesquisa com *interfaces* de busca que exigem habilidades específicas em sua recuperação o que demanda a necessidade do tratamento da informação.

Na 6ª questão/grupo especialista, formulada aos Advogados, afirmaram com veemência em torno de 70% que não se sentiam capacitados e competentes para buscarem toda a informação que necessitavam nas referidas fontes jurídicas, sendo que, na análise de conteúdo, percebeu-se que as maiores dificuldades estariam no armazenamento das informações e sua recuperação de forma organizada e também na pesquisa complexa e científica. Na verdade, os Advogados não demonstram visualizar a competência informacional do Bibliotecário, porque apesar de apontarem uma necessidade de apoio destes nas pesquisas em 70% quando justificaram se limitaram a correlacionar estes profissionais com o “armazenamento” da informação, o que nos remete a uma antiga visão do Bibliotecário como organizador e curador de acervos.

Em nenhum momento dos questionamentos o valor do profissional Bibliotecário como protagonista da mediação e tratamento da informação foi evidenciado por parte dos Advogados da União, inclusive, na análise de conteúdo da 9ª questão/grupo especialista, foi questionado o procedimento que eles utilizam quando não conseguem atingir os objetivos da pesquisa e, em percentual de 29 % relataram que buscam ajuda de outros Advogados, fazem uso da informação que já dispõe ou alteram termos na busca da pesquisa. Contudo, em nenhum momento identificou-se a necessidade do auxílio de um profissional da informação, o que nos remete a uma das questões norteadoras da pesquisa, reforçando a constatação de que o Bibliotecário, com todo o valor e função que possa exercer, continua como espectador da sua própria função.

Destaca-se que os objetivos deste estudo foram atingidos, tendo em vista a compreensão e diagnóstico da competência informacional dos profissionais do Direito na PU/SE, onde os resultados da pesquisa demonstram que há muito a fazer com relação a melhorias das propriedades de acesso, avaliação e uso da informação jurídica.

Dentro dos objetivos específicos foram determinados como fatores positivos o grau de competência que os Advogados da União detêm internalizado e a autonomia na identificação da informação, suas principais fontes de informação em Direito, utilizadas por estes profissionais para pesquisar. As formas de acesso foram bem delineadas na pesquisa, confirmando a preferência pelas fontes tradicionais do Direito que compõe o tripé de legislação, doutrina e jurisprudência e também as virtuais de pesquisa pelo seu rápido acesso em redes digitais.

Os pontos negativos estão contidos na falta de um programa de desenvolvimento de competência informacional que inclua tanto os Advogados da União quanto os Bibliotecários que atuam na unidade e são excluídos do processo de pesquisa jurídica.

Outro ponto negativo está na falta de desenvolvimento de um *software* para Bibliotecas, no qual todas operariam em rede, assim como a inclusão das Bibliotecas regionais na RVB onde somente a Biblioteca Central participa.

Em virtude da falta de plano de carreira para Bibliotecários na AGU, outro ponto negativo é a falta de profissional no quadro de servidores do órgão, o que torna um fator alarmante, já que os trabalhos nas unidades de informação especializada são exercidos por profissionais sem capacitação em sua maioria. Somente cinco Bibliotecários atuam no órgão onde os serviços biblioteconômicos são prestados de modo não presencial, através de e-mail ou telefone.

Por fim, a competência informacional e habilidades em pesquisa jurídica são inerentes dos profissionais do Direito, contudo, na Biblioteconomia está à competência para o desenvolvimento de tais habilidades e por meio das suas atividades detêm a capacidade plena de identificar, usar, avaliar, tratar e recuperar a informação de maneira completa e precisa, garantindo a disponibilização para os usuários jurídicos. É preciso ressaltar que o Bibliotecário é o profissional especialista e está como espectador da própria função, e este contexto faz parte de uma problemática comprovada na pesquisa, motivo de angústia para um campo de atuação que bate à porta fechada por um órgão que, apesar de ter a função de defender a União e participar ativamente de grandes tomadas de decisões, se faz retrógrado ao atual contexto da sociedade da informação. Será que o Bibliotecário sempre ficará como um espectador da sua própria função?

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristina Moreira de Lacerda. **Competência informacional no ambiente de trabalho:** Habilidades informacionais dos Analistas Legislativos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011, 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-8LANQ4>>. Acesso em: 12 dez 2004.

ANDRETA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal de Direito. In: PASSOS, Edilenice (Org.). In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica:** Teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p.79-124.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das Bibliotecas. In: CENDÓN, Beatris Valadares et al; OLIVEIRA, Marlene de. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia:** novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29-43. Disponível em <http://academico.fernandop.info/?p=552>>. Acesso 02 jan. 2013.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica:** Teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 201-225.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação jurídico ambiental:** sítios, dicionários, bibliografias e outras referências par pesquisa. [E-books]. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Disponível em <<http://www.editoraforum.com.br/sistsistkelleycristinegasque.blogspot.com.br/2012/01/ebook-letrame/ebbokento-informacional-pesquisa.html>>. ISBN Ebook: 978-85.77 -057-9

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência na era digital: desafios tangíveis para Bibliotecários e educadores. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 6, n. 2, p.30-35, jun. 2005. Disponível em < <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1655>> Acesso em: 02 abr. 2013..

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da Pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Texto compilado até a emenda constitucional nº 70 de 2012. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_06.08.2013/CON1988.pdf> .Acesso em: 02 abr. 2013.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.480:**estabelece a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU – GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 02

julho de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110480.htm> Acesso em: 02 fev. 2013.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de Bibliotecas em escolas de ensino básico**. 2009, 208 p.. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em < www.Bibliotecadigital.ufmg.br/.../tesebernadetesantoscampello.pdf? > Acesso em: 10 out. 2012.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, p.28-37, set/dez 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2012.

CARBONE, Pedro Paulo et al. **Gestão por competências e gestão por conhecimentos**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 176 p.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O Desenvolvimento de Habilidades Informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan/dez. 2000 < <http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf> > Acesso em: 12 jan. 2012.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, out/dez 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>> Acesso em: 08 fev. 2013.

CRESWEL, John W. **PROJETO DE PESQUISA: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2010. 296 p.

COELHO, Clara Duarte. O novo perfil do profissional Bibliotecário diante das transformações sociais e tecnológicas. In: Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação. XXI, 2010, São Luiz/ MA. **Anais**. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão. São Luiz, 2010. Disponível em < <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/search/titles?searchPage=5> > Acesso em: 10 nov. 2012.

COIMBRA, Mário. **Tratamento do injusto penal da tortura no Direito brasileiro**. 2001. 262 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2001.

CÓL, Ana Flávia Sípoli; BELLUZZO, Célia Baptista. Competência informacional: um fator crítico para a comunicação na atualidade. **Inf. & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n.1, p. 13-25, jan/abr. 2011. Disponível em < <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4033> >. Acesso em 21 de dez de 2012.

COSTA, Júlio Ridieri. **O Perfil do Bibliotecário que atua nas Bibliotecas dos Tribunais de Justiça do Brasil**. 2010. 94 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em <

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27836/000766902.pdf?sequence=1>>
Acesso em: 06 jan. 2013.

D'ANDRÉA, Carlos. Estratégias de produção e organização de informações na web: conceitos para a análise de documentos na internet. **Ciência da informação**. Brasília, v. 5, n. 3, p. 39-44, set/dez 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a04.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2013.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das Bibliotecas**. 2001. 173 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>> Acesso em: 02 nov. 2013.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**. Londrina, v. 15, n.2, p.1-22, jul./dez.2010. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7045>> Acesso em: 10 fev. 2013.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência Informação**. Brasília, v. 32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/123>> Acesso em: 20 març. 2013.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O Bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**. Londrina, v. 1, n.1, p.1-22, jun. 2007. Disponível em < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/6995>> Acesso em: 10 fev. 2013.

DUTRA, Joel Souza; et. al. Absorção do conceito de competência em gestão de pessoas: percepção dos profissionais e as orientações adotadas pelas empresas. In: Associação Nacional em Pós-Graduação em Pesquisa em Administração – ANPAD. 2006, Salvador/BA. **Anais**. Salvador: ANPAD. Salvador, 2006. Disponível em < www.anpad.org.br/.../enanpad2006-gpra-2578 > Acesso em: 10 out. 2012.

DUTRA, Joel Souza. **Competências**: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

ELOY, Rodney Zorzo. **O Bibliotecário e a leitura conectada**: competência informacional digital na era dos e-books, e-readers e tablets. [E-books]. São Paulo: PerSe, 2012. [Acesso em 12 de març 2013]. Disponível em < <http://www.perse.com.br>>. ISBN E-book: 978-85-8196-126-2

FARIAS, Christianne Martins; VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.14, n.2, p.2-16, maio./ago. 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a02.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2013.

FLEURY, Maria Tereza Lemos; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Curitiba, v. 5, n. Especial, p. 183-196, 2001. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552001000500010&script=sci_arttext > Acesso em: 10 jan. 2013.

GASQUE, Kelly Cristine Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 39, n.3, p. 83-92, set/dez, 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf> > Acesso em: 22 set. 2012.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. [E-books]. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2012. [Acesso em 12 de març 2013]. Disponível em < <http://kelleycristinegasque.blogspot.com.br/2012/01/ebook-letramento-informacional-pesquisa.html> >. ISBN E-book: 978-85-8196-126-2

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 83-118.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 200 p.

GONÇALO, Maria Eliana de Oliveira. **Estudo de satisfação dos usuários da Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça**. 2007. 116 p. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/654/1/2007_MariaElianaOliveiraGon%C3%A7alo.pdf > Acesso em: 12 jan. 2012.

GUERRERO, Janaina Celoto. **Competência informacional e a busca da informação científica: um estudo com pós-graduandos da Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP campus Botucatu**. 2009. 111 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em < http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata_ml_me_mar.pdf > Acesso em: 02 jan. 2012.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia**. São Paulo, v. 4, n.1, p. 20-34, jan./jun.2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652009000300009&script=sci_arttext > Acesso em: 10 jan. 2013.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Trad. Regina Célia Baptista Belluzzo. Bauru, SP: UNESP. 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2 ed. Trad. Maria Yêda F. S. Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos. 2004. 124 p.

LECARDELLI, Jane; PRADO, Noêmia Schoffen. Competência Informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: nova série. São Paulo, v.2, n.2, p.21-46, dez. 2006. Disponível em < <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/16>> Acesso em: 10 fev. 2013.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A Especialidade do Bibliotecário Jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do Direito. 2005. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-especialidade-do-bibliotec%C3%A1rio-jur%C3%ADico-bases-para-uma-intera%C3%A7%C3%A3o-com-o-usu%C3%A1rio-opera>> Acesso em: 10 set. 2012.

MATA, Marta Leandro da. um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação. 2009, 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em < http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata_ml_me_mar.pdf> Acesso em: 12 jan. 2013.

MATTAR, F. N. **Planejamento de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. 278 p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica**: Teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, p. 99-114, set/dez. 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2013.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n.2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>> Acesso em: 14 out. 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 192 p. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Documento jurídico digital: a ótica da diplomática. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica**: Teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p.33-77.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e Evolução da Ciência da Informação. In: CENDÓN, Beatriz Valadares et al; OLIVEIRA, Marlene de. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 9-28.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTTER, Suelem Gadelha. O Bibliotecário Jurídico na Contemporaneidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DE INFORMARÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO, 14, 2011, Belém. **Trabalho científico** Belém: Universidade Federal do Pará, 2011. Disponível em < <http://rabci.org/rabci/node/118>> Acesso em: 14 jun. 2012.

PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário Jurídico: seu perfil, seu papel.** Disponível em < <http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>> Acesso em: 04 out. 2012.

PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica: teoria e prática.** Brasília: Thesaurus, 2004. 237 p.

PASSOS, Edilenice . O Controle da Informação Jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n.3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/1158> > Acesso em: 14 out. 2012.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em Direito.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 170 p.

REIS, Mônica Karina Santos; CARVALHO, Mônica Marques; MUNIZ, Euzébia Maria de Pontes Targino. “Information Literacy” ou competência em informação como elemento promotor do Desenvolvimento do Capital Intelectual. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. XXIV, 2011, Maceió/Al. **Anais.** Maceió: Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011. Disponível em < <http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/396> > Acesso em: 12 agost 2012.

REZENDE, Ana Paula de. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a04.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2013.

REZENDE, Ana Paula de. BARROS, Pesquisa jurídica em fontes digitais. In: PASSOS, Edilenice (Org). In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica: Teoria e prática.** Brasília: Thesaurus, 2004. p. 173-188.

SANTIAGO, Antonio Edilberto Costa. **Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa.** 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/512/browse?type=subject&order=ASC&rpp=20&value=Compet%C3%Aancia+informacional+jur%C3%ADdica> >. Acesso em 15 de dez 2012.

SANTOS, Camila Araújo dos. **Análise de instrumentos de avaliação da competência informacional voltados para a educação superior.** 2011. 180 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_me_mar.pdf> Acesso em: 12 jan. 2012.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de Informação Jurídicas:** conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 248 p.

SILVA, Fabiano Couto Correa. **Bibliotecários especialistas:** guia de especialidade e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005.

SILVA, Marli Vitor da. **O comportamento informacional de Advogados:** um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/silva_mv_me_mar.pdf>

SILVA, Neusa Cardim de; DIB, Simone Faury. Informação certa no tempo certo: avaliação do serviço de pesquisa na Biblioteca de Direito da UERJ. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica:** teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 125-135.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos:** métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 376 p.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito:** primeiras linhas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 317 p.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set/dez. 2009 < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1745> > Acesso em: 12 jan. 2012.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Porto Alegre: Artemed, 2010, 197 p.

ZARIFIAN, Philippe Zarifian. **O modelo da competência:** trajetória histórica, desafios atuais e propostas. Trad. Eric Roland René Heneault. São Paulo: SENAC, 2003. 192 p.

ZARIFIAN, Philippe Zarifian. **Objetivo competência:** por uma nova lógica. Trad. Maria Helena C. V. Trylinski. 1 ed. 4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. 197 p.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf> > Acesso em: 10 abr. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa “**COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO USO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Vanderlea Nóbrega Azevedo Cortes, graduanda em Biblioteconomia e Documentação pela *Universidade Federal de Sergipe*, a qual pretende verificar as características do mercado de trabalho do profissional Bibliotecário e Documentalista da atualidade.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da aplicação de um questionário, com viés qualitativo, exclusivamente com questões abertas. É de seu conhecimento que a sua participação nesta pesquisa não implica em nenhum benefício pessoal, não é obrigatória e não trará riscos previsíveis.

Caso queira, saiba que pode desistir a qualquer momento, sem que isso lhe cause prejuízo. Será, portanto, acompanhado e assistido pela pesquisadora responsável durante a aplicação dos instrumentos de pesquisa, podendo fazer perguntas sobre qualquer dúvida que apareça durante todo o estudo, além disto, não haverá nenhuma forma de reembolso de dinheiro, já que com a participação na pesquisa, você não terá nenhum gasto.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelos e-mails <vanderleancortes@yahoo.com.br> <vanderlea.azevedo@agu.gov.br> ou pelo telefone (79) 9983-2034, ou poderá entrar em contato com o *Núcleo de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe*, pelo telefone (79) 2105-6822.

Diante disso, eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por esta razão, aceito participar voluntariamente desta pesquisa, sabendo que os dados coletados estarão sob o resguardo científico e o sigilo profissional, e contribuirão para o alcance dos objetivos deste trabalho e para posteriores publicações dos dados.

Aracaju, _____ de fevereiro de 2013.

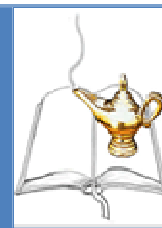
Assinatura

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ADVOGADOS DA UNIÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA E
DOCUMENTAÇÃO



Questionário - GRUPO ESPECIALISTA

Instruções: Imprimir, preencher os campos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; ASSINALAR TODAS AS ALTERNATIVAS DESEJADAS e preencher as questões de forma sucinta; rubricar e assinar; escanear e converter para arquivo formato PDF; enviar ao e-mail <vanderleancortes@yahoo.com.br> c/c <vanderlea.azevedo@agu.gov.br>

1. Nome completo

2. Local de formação superior, data de conclusão do Bacharelado e se cursou alguma especialização

3. Você considerou importante a metodologia de pesquisa como conteúdo disciplinar do seu curso superior?

- () sim
() não
() não existe esta formação na estrutura curricular obrigatória de meu curso.

4. Como você verifica que a sua pesquisa jurídica está completa?

- () quando os objetivos foram atingidos.
() todas as fontes jurídicas já foram examinadas.
() todos os bancos de dados jurídicos foram pesquisados.
() os recursos sugeridos por colegas ou professores e outros Advogados foram verificados.

5. Assinale as fontes de informação jurídica que utiliza:

- () Legislação Geral
() Doutrina
() Jurisprudência
() Teses e Dissertações
() Revistas Científicas do Direito
() Sites Jurídicos (p. ex: *Data Legis*)
() Anais de Congressos
() Jornais informativos da área
() Dicionários e enciclopédias impressos
() Dicionários e enciclopédias eletrônicos
() *Vade-mecum*

- ☐ Metabuscadores da Internet (p. ex: Google, Google Acadêmico).
- ☐ Metabuscadores Acadêmicos (p. ex: BDTD, Plataforma Lattes).
- ☐ Bases de Dados de Fontes (p. ex: IBGE, SEADE, CEAPLA)
- ☐ Portais e Repositórios (p. ex: Governo Eletrônico, Domínio Público, Wikipédia)

6. Como profissional, se sente capacitado e competente para buscar toda a informação que necessita nas referidas fontes Jurídicas, assim como armazenar esta informação e recuperá-la de forma organizada, sem um profissional Bibliotecário?

7. Para fazer pesquisa nos metabuscadores da Internet, você utiliza quais recursos das interfaces?

- ☐ Operadores booleanos (AND, OR, NOT)
- ☐ Truncamento (*)
- ☐ Operadores de proximidade (ADJ, NEAR)
- ☐ Vocabulário controlado de base (descritores)
- ☐ Busca avançada
- ☐ Tipo de obra
- ☐ Assunto
- ☐ Coleção
- ☐ Palavras
- ☐ ano ou período de publicação
- ☐ Biblioteca – catálogos online

8. Quando sua pesquisa em metabuscadores da internet recupera um grande número de artigos e outras fontes, como executa a seleção dos mais relevantes?

9. Quando não consegue alcançar os objetivos de sua pesquisa, qual é o seu procedimento?

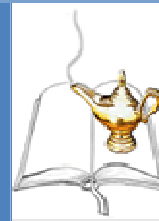
[illegible]

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BIBLIOTECÁRIOS DA AGU



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA E
DOCUMENTAÇÃO**



Questionário - GRUPO TESTEMUNHA

Instruções: Imprimir, preencher os campos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; **ASSINALAR TODAS AS ALTERNATIVAS DESEJADAS** e preencher as questões de forma sucinta; rubricar e assinar; escanear e converter para arquivo formato PDF; enviar ao e-mail <reisidida.oliveira45@gmail.com> c/c para <valbari@gmail.com>

- 1. Nome completo, formação e atual vínculo de trabalho no ramo Bibliotecário.**

- 2. Local e data de formação superior em Biblioteconomia, assim como estudos posteriores de especialização e pós-graduação na área.**

- 3. Em sua atuação profissional, acredita que poderá desenvolver competências informacionais junto aos operadores jurídicos?**

- 4. Como os profissionais da área jurídica procedem à consulta dos recursos**

informacionais da unidade de informação jurídica?

5. É possível identificar as necessidades informacionais na consulta direta ou indireta dos seus usuários jurídicos? Explique.

6. Poderia comentar como identifica as consultas presenciais e a distância, adequando os instrumentos de busca e a melhor disponibilização de fontes?

7. São utilizados critérios científicos no desenvolvimento de coleções das unidades de informação vinculadas à AGU? Explique especificamente sobre o uso de estudo de usuário.

8. Em função da Biblioteca da AGU ser um serviço centralizador de informação jurídica, existe alguma metodologia de relacionamento direto

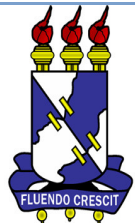
entre o serviço de referência e informação e os operadores de outras unidades, algum mecanismo de comunicação à distância, no processo de pesquisa? É bem utilizado pelos operadores?

9. Teria algum dado ou opinião relevante a acrescentar, que não foi contemplada pelas questões anteriores?

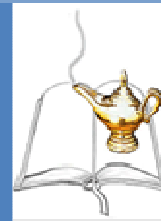
Assinatura:

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTAGIÁRIOS DA AGU



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA E
DOCUMENTAÇÃO



Questionário - GRUPO TESTE

Instruções: Imprimir, preencher os campos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; ASSINALAR TODAS AS ALTERNATIVAS DESEJADAS; assinar; escanear e converter para arquivo formato PDF; enviar ao e-mail <vanderleancortes@yahoo.com.br> c/c <vanderlea.azevedo@agu.gov.br>

1. Nome completo

2. Local de formação superior em andamento e período

3. Você considera importante a metodologia de pesquisa como conteúdo disciplinar do seu curso superior?

- ☐ sim
☐ não
☐ meu curso não possui esta formação em sua estrutura curricular obrigatória.

4. Como você verifica que a sua pesquisa jurídica está completa?

- ☐ quando os objetivos foram atingidos.
☐ todas as fontes jurídicas já foram examinadas.
☐ todos os bancos de dados jurídicos foram pesquisados.
☐ os recursos sugeridos por colegas ou professores e outros Advogados foram verificados.

5. Assinale as fontes de informação jurídica que utiliza:

- ☐ Legislação Geral
☐ Doutrina
☐ Jurisprudência
☐ Teses e Dissertações
☐ Revistas Científicas do Direito
☐ Sites Jurídicos (p. e: *Data Legis*)
☐ Anais de Congressos
☐ Jornais informativos da área
☐ Dicionários e enciclopédias impressos
☐ Dicionários e enciclopédias eletrônicos
☐ *Vade-mécum*

- ☐ Metabuscadores da Internet (p. ex: Google, Google Acadêmico)
- ☐ Metabuscadores Acadêmicos (p. ex: BDTD, Plataforma Lattes)
- ☐ Bases de Dados de Fontes (p. ex: IBGE, SEADE, CEAPLA)
- ☐ Portais e Repositórios (p. ex: Governo Eletrônico, Domínio Público, Wikipédia)

6. Quando for um profissional, se sentirá capacitado e competente para buscar toda a informação que necessita nas referidas fontes Jurídicas, sem um profissional Bibliotecário?

7. Para fazer pesquisa nos metabuscadores da Internet, você utiliza quais recursos das interfaces?

- ☐ Operadores booleanos (AND, OR, NOT)
- ☐ Truncamento (*)
- ☐ Operadores de proximidade (ADJ, NEAR)
- ☐ Vocabulário controlado de base (descritores)
- ☐ Busca avançada
- ☐ Tipo de obra
- ☐ Assunto
- ☐ Coleção
- ☐ Palavras
- ☐ ano ou período de publicação
- ☐ Biblioteca – catálogos online

Assinatura: